

# PREGÃO ELETRÔNICO

90009/2026

**CONTRATANTE (UASG)**  
(180154)

## OBJETO

AQUISIÇÃO DE GENÊROS ALIMENTÍCIOS PROGRAMA FEPOM-COPA  
PARA O 6º BPM/I

**VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO**  
**R\$ 33.257,58**

**DATA DA SESSÃO PÚBLICA**  
08/06/2026 às 08:00h

**CRITÉRIO DE JULGAMENTO:**  
*MENOR PREÇO*

**MODO DE DISPUTA:**  
*ABERTO*

**PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS**  
***SIM***



Baixe o app Compras.gov.br  
e apresente sua proposta

ESP-COMANDO POLIC.INT.-6 SANTOS

# Edital 10/2026

## Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
10/2026	180154-ESP-COMANDO POLIC.INT.-6 SANTOS	SAULO SANTOS DE MELO	19/05/2026 17:02 (v 0.4)
Status			
ASSINADO			

## Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
II - compra, inclusive por encomenda/Bens de consumo		057.00146126/2026-01

## Pregão Eletrônico 90009/2026

Governo do Estado de São Paulo  
Polícia Militar do Estado de São Paulo  
CPI-6 - SEC DESP ORC CUST

(Processo Administrativo n.º 057.00146126/2026-01 - 20260415094)

Torna-se público que a Polícia Militar do Estado de São Paulo, por meio do Comando de Policiamento do Interior - 6, sediado à Av. Coronel Joaquim Montenegro, 282 – Ponta da Praia – Santos/SP, realizará licitação, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, do Decreto estadual nº 67.608, de 27 de março de 2023, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022, e demais normas da legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital e em seus Anexos, observando-se as subdivisões subsequentes na forma de itens que compõem este instrumento.

### 1. Do objeto

1.1. O objeto da presente licitação é a **aquisição de gêneros alimentícios, para o efetivo do 6º BPM/I**, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus Anexos.

1.2. A licitação será dividida em **itens**, conforme tabela constante do Termo de Referência.

## 2. Do registro de preços

2.1. A disciplina deste item 2 não se aplica no presente procedimento, por não se tratar de licitação para registro de preços.

## 3. Da participação na licitação

3.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que atuarem em atividade compatível com o objeto da licitação e que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - Sicaf e no Sistema de Compras do Governo Federal ([www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras)).

3.1.1. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicaf até o 3º (terceiro) dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

3.1.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluindo a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.2. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados na subdivisão anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.3. A não observância do disposto na subdivisão anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

3.4. Nos limites previstos no art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021, e na Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, serão observadas, caso aplicáveis, as regras de tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as cooperativas que atendam ao disposto no art. 34 da Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007, e no art. 16 da Lei nº 14.133, de 2021, para o agricultor familiar, para o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual – MEI.

**3.5. Em relação às regras aplicáveis à presente licitação concernentes a tratamento favorecido para as microempresas, empresas de pequeno porte e equiparadas, observa-se que:**

3.5.1. **Para todos os itens**, a participação é exclusiva a microempresas, empresas de pequeno porte e cooperativas que atendam ao disposto no art. 34 da Lei nº 11.488, de 2007, e no art. 16 da Lei nº 14.133, de 2021 (se admitida a participação de cooperativas neste item 3), nos termos do art. 48 da Lei Complementar nº 123, de 2006.

3.5.1.1. O tratamento favorecido a que se refere a subdivisão acima fica limitado às microempresas, às empresas de pequeno porte e às cooperativas (se admitida a participação de cooperativas) que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

3.6. Não poderão disputar esta licitação:

3.6.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) Anexo(s);

3.6.2. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados, observado o disposto nos §§ 2º e 4º do art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021;

3.6.3. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários, observado o disposto nos §§ 2º e 4º do art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021;

3.6.4. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

3.6.5. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

3.6.6. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

3.6.7. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

3.6.8. agente público do órgão ou entidade licitante;

3.6.9. aquele que não tenha representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente.

3.7. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade licitante ou contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

3.7.1. A vedação de participação de agente público do órgão ou entidade licitante ou contratante de que trata a subdivisão acima estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

3.8. O impedimento decorrente de imposição de sanção de que trata o item 3.6.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

3.9. No que concerne aos itens 3.6.2 e 3.6.3, equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

3.10. Será permitida a participação de sociedades cooperativas nesta licitação, nos termos do art. 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

3.11. Não poderão disputar esta licitação pessoas jurídicas reunidas em consórcio.

3.11.1. Será vedada a participação de empresa consorciada, na mesma licitação, de mais de um consórcio ou de forma isolada, nos termos do art. 15, inc. IV, da Lei nº 14.133, de 2021.

## **4. Da apresentação da proposta e dos documentos de habilitação**

4.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

4.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o [preço] / [percentual de desconto] (conforme o critério de julgamento definido no início deste Edital), até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

4.3. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

4.3.1. está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus Anexos, bem como que a proposta apresentada compreenderá a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos

de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

4.3.2. não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 (dezesesseis) anos, salvo menor, a partir de 14 (quatorze) anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição Federal;

4.3.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

4.3.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

4.4. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa que atenda ao disposto no art. 34 da Lei nº 11.488, de 2007 (se admitida a participação de cooperativa no item 3.10) deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021, excetuada a hipótese de se verificar uma das exceções dos §§ 1º ao 3º do art. 4º supracitado, conforme especificado nos itens 4.4.1 e 4.4.2 subsequentes.

4.4.1. Não se aplica o tratamento favorecido estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, na hipótese em que o objeto tenha valor estimado superior ao limite estabelecido nos §§ 1º e 3º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021, conforme seja especificado, quando houver, em subdivisão do item 3.5.

4.4.2. Não têm direito ao tratamento favorecido estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, as microempresas, as empresas de pequeno porte e as cooperativas (se admitida a participação de cooperativas) que, no ano-calendário de realização da licitação, tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, nos termos do § 2º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021.

4.4.3. Na hipótese de se verificar uma das exceções especificadas no item 4.4.1 ou no item 4.4.2, o licitante deverá assinalar o campo “não”, por não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006.

4.4.4. Na hipótese de item para participação exclusiva de microempresas, empresas de pequeno porte e equiparadas, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item.

4.4.5. Na hipótese de itens em que a participação não seja exclusiva para microempresas, empresas de pequeno porte e equiparadas, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa equiparada (se admitida a participação de cooperativa).

4.4.6. O licitante organizado em cooperativa (se admitida a participação de cooperativa no item 3) deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

4.5. A falsidade da declaração de que trata os itens 4.3 e 4.4 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

4.6. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente inserida no sistema, até a abertura da sessão pública.

4.7. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

4.8. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

4.9. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

4.10. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

## 5. Do preenchimento da proposta

5.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

5.1.1. Valor **unitário e total do item**;

5.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

5.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

5.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

5.5. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver determinação legal de retenção de tributo, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais que sejam estabelecidos na legislação vigente.

5.6. As microempresas e empresas de pequeno porte impedidas de optar pelo Simples Nacional, ante as vedações previstas na Lei Complementar nº 123, de 2006, não poderão aplicar os benefícios decorrentes desse regime tributário diferenciado em sua proposta, devendo elaborá-la de acordo com as normas aplicáveis às demais pessoas jurídicas.

5.6.1. Quando for o caso, e se vier a ser contratado, o licitante na situação descrita na subdivisão acima deverá requerer ao órgão fazendário competente a sua exclusão do Simples Nacional até o último dia útil do mês subsequente àquele em que ocorrida a situação de vedação, nos termos do art. 30, caput, inc. II, e § 1º, inc. II, da Lei Complementar nº 123, de 2006, apresentando à Administração a comprovação da exclusão ou o seu respectivo protocolo.

5.6.2. Se o Contratado não realizar espontaneamente o requerimento de que trata a subdivisão acima, caberá ao ente público contratante comunicar o fato ao órgão fazendário competente, solicitando que o Contratado seja excluído de ofício do Simples Nacional, nos termos do art. 29, inc. I, da Lei Complementar nº 123, de 2006.

5.7. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe a documentação que integra este Edital, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de utilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

5.8. O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta)** dias, a contar da data de sua apresentação.

5.9. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas, quando participarem de licitações públicas.

5.9.1. Caso seja definido no início deste Edital o critério de julgamento por maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos na subdivisão acima.

5.10. O descumprimento das regras supramencionadas por parte do Contratado pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas competente e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição Federal, e do art. 33, inc. X, da Constituição do Estado de São Paulo; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e do Contratado ao pagamento de indenização pelos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

## 6. Da abertura da sessão, classificação das propostas e formulação de lances

6.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

6.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente inserida no sistema, até a abertura da sessão pública.

6.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o pregoeiro e os licitantes.

6.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

6.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.

6.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

6.7. O licitante somente poderá oferecer lance de [valor inferior] / [percentual de desconto superior] (conforme o critério de julgamento definido no início deste Edital) ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

6.8. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de **01% (um) por cento para cada item;**

6.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.

6.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado, definido no início deste Edital.

6.11. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “**aberto**”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

6.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de 10 (dez) minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos 2 (dois) minutos do período de duração da sessão pública.

6.11.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata a subdivisão acima, será de 2 (dois) minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

6.11.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nas subdivisões anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

6.11.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

6.11.5. Após o reinício previsto na subdivisão acima, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

6.12. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto e fechado”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.

6.12.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de 15 (quinze) minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até 10 (dez) minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

6.12.2. Encerrado o prazo previsto na subdivisão acima, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até 5 (cinco) minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

6.12.3. No procedimento de que trata a subdivisão anterior, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.

6.12.4. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas nas duas subdivisões anteriores, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até 5 (cinco) minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

6.13. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “fechado e aberto”, poderão participar da etapa aberta somente os licitantes que apresentarem a proposta de menor preço/ maior percentual de desconto e os das propostas até 10% (dez por cento) superiores/inferiores àquela (conforme a alternativa adequada ao critério de julgamento definido no início deste Edital), em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, até o encerramento da sessão e eventuais prorrogações.

6.13.1. Não havendo pelo menos 3 (três) propostas nas condições definidas na subdivisão acima, poderão os licitantes que apresentaram as três melhores propostas, consideradas as empatadas, oferecer novos lances sucessivos.

6.13.2. A etapa de lances da sessão pública terá duração de 10 (dez) minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos 2 (dois) minutos do período de duração da sessão pública.

6.13.3. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata a subdivisão acima, será de 2 (dois) minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

6.13.4. Não havendo novos lances na forma estabelecida nas subdivisões anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

6.13.5. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

6.13.6. Após o reinício previsto na subdivisão acima, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

6.14. Após o término dos prazos estabelecidos nas subdivisões anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

6.15. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

6.16. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

6.17. No caso de desconexão com o pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.



6.18. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas 24 (vinte e quatro) horas da comunicação do fato pelo pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

6.19. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

6.20. Em relação à hipótese de itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006.

6.20.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

6.20.2. A melhor classificada nos termos da subdivisão acima terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

6.20.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido na subdivisão acima.

6.20.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nas subdivisões anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

6.20.5. Não se aplica o tratamento favorecido estabelecido nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, na hipótese em que o objeto tenha valor estimado superior ao limite estabelecido nos §§ 1º e 3º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021, conforme seja especificado, quando houver, *em subdivisão do item 3.5*.

6.21. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado (se adotado esse modo de disputa no início deste Edital e no item 6.11).

6.21.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, os critérios de desempate serão aqueles previstos no caput do art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

6.21.1.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

6.21.1.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos na Lei nº 14.133, de 2021, conforme regulamento;

6.21.1.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

6.21.1.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

6.21.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, nos termos do § 1º do art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

6.21.2.1. empresas estabelecidas no território do Estado de São Paulo;

6.21.2.2. empresas brasileiras;

6.21.2.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

6.21.2.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

6.21.3. Caso persista o empate após obedecido o disposto no caput e no § 1º do art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, o desempate ocorrerá por sorteio, a ser realizado em local, data e horário que serão divulgados por meio de mensagem no sistema, sendo facultada a presença a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

6.21.4. Será observado o disposto no § 2º do art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, e no inciso III do art. 41 c/c o inciso I do art. 58 da Lei Complementar nº 225, de 2026, quando for o caso.

6.22. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese de a proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto mínimo definido para a contratação (conforme a alternativa adequada ao critério de julgamento estabelecido no início deste Edital), o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

6.22.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

6.22.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

6.22.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

6.22.4. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

6.22.5. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante antes de findo o prazo, ou de ofício, a critério do pregoeiro, quando constatado que o prazo estabelecido não é suficiente para o envio da documentação exigida.

6.23. Após a negociação do preço, o pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

## **7. Da fase de julgamento**

7.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021, legislação correlata e no item 3.6 deste Edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

7.1.1. Sicafe;

7.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - Ceis, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://portal.datransparencia.gov.br/sancoes/consulta>);

7.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – Cnep, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://portal.datransparencia.gov.br/sancoes/consulta>);

7.1.4. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade – CNCIAI, do Conselho Nacional de Justiça ([http://www.cnj.jus.br/improbidade\\_adm/consultar\\_requerido.php](http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php));

7.1.5. Sistema Eletrônico de Aplicação e Registro de Sanções Administrativas – e-Sanções (<http://www.esancoes.sp.gov.br>);

7.1.6. Relação de apenados publicada pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (<https://www.tce.sp.gov.br/apenados>), e,

7.1.7. Cadastro informativo de créditos não quitados do setor público federal - Cadin, de que trata a Lei nº 10.522, de 2002, no que concerne à medida prevista no inciso I, alíneas "b" e "c", do art. 13 da Lei Complementar nº 225, de 2026.

7.2. Em relação a pessoa jurídica licitante, a consulta ao cadastro CNICAI será realizada também quanto a seu sócio majoritário, por força do art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992.

7.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. (Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 29, caput, c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023)

7.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. (Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 29, § 1º, c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023).

7.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. (Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 29, § 2º, c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023).

7.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será considerado inabilitado, por falta de condição de participação.

7.4. Caso atendidas as condições de participação, prosseguirá a análise da fase de julgamento da proposta classificada em primeiro lugar.

7.5. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido a microempresas e empresas de pequeno porte, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os itens 3.5 e 4.4 deste Edital.

7.6. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus Anexos.

7.6.1. Se a proposta vencedora for desclassificada, o pregoeiro examinará a proposta subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

7.6.2. Encerrada a fase de julgamento, caso se verifique a conformidade da proposta de que trata o item 7.6, o pregoeiro passará à verificação da documentação de habilitação do licitante conforme disposições do item 8.

7.7. Será desclassificada a proposta vencedora que:

7.7.1. conter vícios insanáveis;

7.7.2. não obedecer às especificações técnicas pormenorizadas neste Edital ou em seus Anexos;

7.7.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecer acima do preço máximo definido para a contratação;

7.7.4. não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

7.7.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus Anexos, desde que insanável.

7.8. Serão considerados indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

7.8.1. A inexequibilidade, na hipótese de que trata a subdivisão acima, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:

7.8.1.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

7.8.1.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

7.9. Caso seja definido no item 1 que o objeto da licitação consiste em prestação de serviços de engenharia, além das disposições acima, a análise de exequibilidade e sobrepreço considerará o seguinte:

7.9.1. Caso seja definido pela documentação que integra este Edital que o regime de execução será contratação por tarefa, empreitada por preço global ou empreitada integral, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado.

7.9.2. Caso seja definido pela documentação que integra este Edital que o regime de execução será empreitada por preço unitário, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado e pela superação de custo unitário tido como relevante, conforme documentação e planilha anexadas a este Edital.

7.9.3. Serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, observado o disposto na subdivisão subsequente.

7.9.3.1. A inexequibilidade, na hipótese de proposta cujo valor seja inferior a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, só será considerada após diligência do pregoeiro, facultando ao licitante comprovar, no prazo assinalado pela Administração, a viabilidade dos preços constantes em sua proposta, sob pena de desclassificação.

7.9.4. Será exigida garantia adicional do licitante vencedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis de acordo com a Lei.

7.10. Caso seja definido no item 1 que o objeto da licitação consiste em prestação de serviços contínuos com regime de dedicação exclusiva ou predominância de mão de obra (sejam serviços em geral ou de engenharia), além das disposições acima, deverão ser observados os seguintes preceitos:

7.10.1. A análise da exequibilidade da proposta de preços deverá ser realizada com o auxílio de planilha de custos e formação de preços, a ser preenchida pelo licitante em relação à sua proposta final, conforme modelo constante de Anexo deste Edital.

7.10.2. A apresentação de valores abaixo dos respectivos custos referentes a itens isolados da planilha de custos e formação de preços não caracteriza motivo suficiente para a desclassificação da proposta, desde que não contrariem exigências legais.

7.10.3. A fim de assegurar o tratamento isonômico entre os licitantes, informa-se que foi(ram) utilizado(s) o(s) seguinte(s) acordo(s), dissídio(s) ou convenção(ões) coletiva(s) de trabalho no cálculo do valor estimado pela Administração:

**a) INDICAR O ACORDO / DISSÍDIO / CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO**

7.10.3.1. O(s) sindicato(s) e instrumento(s) coletivo(s) indicado(s) na subdivisão acima não são de utilização obrigatória pelos fornecedores, tendo em vista que a definição do(s) sindicato(s) e instrumento(s) coletivo(s) adequado(s) a cada fornecedor depende do enquadramento sindical a ele aplicável nos termos da legislação vigente. Ao longo da execução contratual, sempre se exigirá o cumprimento dos acordos, dissídios ou convenções coletivas aos quais o Contratado estiver vinculado nos termos da legislação vigente.

7.10.4. É vedado ao licitante incluir na planilha de custos e formação de preços:

a) item relativo a despesas decorrentes de disposições contidas em acordos, convenções ou dissídios coletivos de trabalho que tratem de matéria não trabalhista, de pagamento de participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados do Contratado, ou que estabeleçam direitos não previstos em lei, tais como valores ou índices obrigatórios de encargos sociais ou previdenciários, bem como de preços para os insumos relacionados ao exercício da atividade (art. 135, § 1º, da Lei nº 14.133, de 2021);

b) item relativo a despesas decorrentes de disposições contidas em acordos, convenções ou dissídios coletivos de trabalho que tratem de obrigações e direitos que somente se aplicam aos contratos com a Administração Pública (art. 135, § 2º, da Lei nº 14.133, de 2021).

7.10.5. A inclusão na proposta de item de custo vedado não acarretará a desclassificação do licitante, devendo o pregoeiro determinar que o respectivo custo seja excluído da planilha, observando-se o disposto no inciso III do art. 12 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.10.6. Na hipótese de contratação com a previsão de itens de custos vedados, tais valores serão glosados e os itens serão excluídos da planilha, garantidos ampla defesa e contraditório.

7.10.7. Em todo caso, deverá ser garantido o pagamento do salário normativo previsto no instrumento coletivo aplicável ou do salário-mínimo vigente, o que for maior.

7.10.8. Será solicitado que o licitante mais bem classificado envie, junto com sua proposta adequada ao último lance ofertado, declaração informando o enquadramento sindical do licitante, a atividade econômica preponderante e a justificativa para adoção do(s) instrumento(s) coletivo(s) do trabalho em que se baseia sua proposta.

7.10.8.1. O licitante mais bem classificado deverá indicar os sindicatos, acordo(s) coletivo(s), convenção(ões) coletiva(s) ou sentença(s) normativa(s) que regem a(s) categoria(s) profissional(is) que executará(ão) o serviço e a(s) respectiva(s) data(s)-base(s) e vigência(s), com base na Classificação Brasileira de Ocupações – CBO.

7.10.8.2. Anteriormente à celebração da contratação, o licitante vencedor deverá apresentar:

7.10.8.2.1. cópia da carta ou registro sindical do sindicato no qual ele declara ser enquadrado, em razão do regramento do enquadramento sindical previsto na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) ou por força de decisão judicial;

7.10.8.2.3. comprovação de capital social integralizado compatível com o número de empregados, na forma do art. 4º-B da Lei nº 6.019, de 1974.

7.10.8.2.4. O licitante se responsabiliza pelas situações de ocorrência de erro no enquadramento sindical, ou fraude pela utilização de instrumento coletivo incompatível com o enquadramento sindical declarado ou no qual o licitante não tenha sido representado por órgão de classe de sua categoria, que daí tenha resultado vantagem indevida na fase de julgamento das propostas, sujeitando o Contratado às sanções previstas no art. 156, caput, incisos III e IV, da Lei nº 14.133, de 2021.

7.10.8.2.5. O Contratado possui responsabilidade exclusiva pelo cometimento de erro ou fraude no enquadramento sindical e pelo eventual ônus financeiro decorrente, por repactuação ou por força de decisão judicial, em razão da necessidade de se proceder ao pagamento de diferenças salariais e de outras vantagens, ou ainda por intercorrências na execução dos serviços contratados, resultante da adoção de instrumento coletivo do trabalho inadequado.

7.10.8.2.6. Deverá ser observada a aderência ao instrumento coletivo do trabalho ao qual a proposta do licitante esteja vinculada para fins de atendimento à eventual necessidade de repactuação dos valores decorrentes da mão de obra, consignados na planilha de custos e formação de preços do contrato, em observância ao disposto no inc. II do art. 135 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.10.9. Caso seja definido no item 1 que o objeto da licitação consiste em prestação de serviços contínuos com regime de dedicação exclusiva de mão de obra (sejam serviços em geral ou de engenharia), cuja produtividade seja mensurável e indicada na documentação que integra este Edital, o licitante deverá indicar a produtividade adotada e a quantidade de pessoal que será alocado na execução contratual.

7.10.9.1. Caso a produtividade seja diferente daquela utilizada pela Administração como referência, ou não esteja contida na faixa referencial de produtividade, mas seja admitida pelo Edital, o licitante deverá apresentar a respectiva comprovação de exequibilidade.

7.10.9.2. Os licitantes poderão apresentar produtividades diferenciadas daquela estabelecida pela Administração como referência, desde que não alterem o objeto da contratação, não contrariem dispositivos legais vigentes e, caso não estejam contidas nas faixas referenciais de produtividade, comprovem a exequibilidade da proposta.

7.10.9.3. Para efeito da subdivisão anterior, admite-se a adequação técnica da metodologia empregada pelo licitante, visando assegurar a execução do objeto, desde que mantidas as condições para a justa remuneração do serviço.

7.11. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que o licitante comprove a exequibilidade da proposta.

7.12. Considerando que o custo global estimado do objeto licitado é decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços ou outra espécie de planilha elaborada pela Administração conforme documentação anexada a este Edital, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

7.12.1. Caso seja definido no item 1 que o objeto da licitação consiste em prestação de serviços de engenharia, o licitante vencedor será convocado a apresentar à Administração, por meio eletrônico, as planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, seguindo o modelo elaborado pela Administração conforme documentação anexada a este Edital, bem como com detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), com os respectivos valores adequados ao valor final da proposta vencedora, nos termos do disposto no § 5º do art. 56 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.13. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação.

7.13.1. O ajuste de que trata a subdivisão acima se limita ao saneamento de erros ou falhas que não alterem a substância das propostas.

7.13.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

7.14. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

7.15. **Considerando a exigência de apresentação de amostra(s)** na documentação que integra este Edital como Anexo, por ocasião do julgamento das propostas, será exigido do licitante classificado em primeiro lugar a sua realização, conforme procedimento disciplinado na documentação que integra este Edital como Anexo, sob pena de não aceitação da proposta.

7.15.1 Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local, data e horário de realização do procedimento para a avaliação da(s) amostra(s) ou para a execução da prova de conceito (em conformidade com a exigência estabelecida no Edital), cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

7.15.2. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

7.15.3. Se não houver entrega da(s) amostra(s) ou se ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo pregoeiro, ou se houver entrega de amostra(s) fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

7.15.3.1. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes na documentação que integra este Edital como Anexo.

7.16. Caso se trate de exigência de execução de prova de conceito, será exigido do licitante classificado em primeiro lugar a sua realização, conforme procedimento disciplinado na documentação que integra este Edital como Anexo, sob pena de não aceitação da proposta

7.16.1. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local, data e horário de realização do procedimento para a execução da prova de conceito (em conformidade com a exigência estabelecida neste Edital), cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

7.16.2. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

7.16.3. Não será aceita a proposta do licitante que tiver a prova de conceito rejeitada, que não a realizar ou que não a realizar nas condições estabelecidas na documentação que integra este Edital como Anexo.

7.16.3.1. No caso de desclassificação do licitante, o pregoeiro convocará o próximo licitante, obedecida a ordem de classificação, sucessivamente, até que um licitante cumpra os requisitos e funcionalidades previstas na prova de conceito.

## 8. Da fase da habilitação

8.1. Os documentos que serão exigidos para fins de habilitação estão especificados na documentação que constitui Anexo deste Edital, consistindo na documentação necessária e suficiente para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no Sicaf.

**8.1.2. Nesta licitação, não haverá exigência de que o licitante ateste, sob pena de inabilitação, que conhece o local e as condições de realização do objeto, ou que tem conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.**

8.1.3. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, caso exigidos, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

8.2. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original ou por cópia.

8.3. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133, de 2021.

8.4. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133, de 2021).

8.5. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

8.6. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que sua proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

8.7. A habilitação será verificada por meio do Sicaf, nos documentos por ele abrangidos.

8.7.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir (Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 4º, § 1º, e art. 6º, § 4º, c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023).

8.8. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados (Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 7º, caput, c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023).

8.8.1. A não observância do disposto na subdivisão acima poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação (Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 7º, parágrafo único, c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023).

8.9. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

8.9.1 Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no **prazo de 2 (duas) horas**, prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.

8.10. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

8.10.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal especificados na documentação que integra este Edital como Anexo somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

8.11. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para (Lei nº 14.133, de 2021, art. 64):

8.11.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

8.11.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

8.12. Na análise dos documentos de habilitação, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

8.13. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente Edital, observado o prazo definido no item 8.9.1.

8.14. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao Edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata a subdivisão anterior.

8.15. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas, das empresas de pequeno porte e das cooperativas que atendam ao disposto no art. 34 da Lei nº 11.488, de 2007 (se admitida a participação de cooperativas no item 3) somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação, exceto na hipótese em que o objeto tenha valor estimado superior ao limite estabelecido nos §§ 1º e 3º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021, conforme seja especificado, quando houver, em subdivisão do item 3.5.

8.15.1. Havendo alguma restrição no que tange à regularidade fiscal e trabalhista, o licitante habilitado nas condições da subdivisão acima deverá comprovar sua regularização sob pena de decadência, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis, mediante a apresentação das competentes certidões negativas de débitos, ou positivas com efeito de negativa, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado a partir do momento em que o licitante for declarado vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da Administração.

8.16. A disciplina da adjudicação, da homologação e da contratação encontra-se no item 14 deste Edital.

## **9. Da ata de registro de preços**

9.1. A disciplina deste item 9 não se aplica no presente procedimento, por não se tratar de licitação para registro de preços.

## **10. Da formação do cadastro de reserva**

10.1. A disciplina deste item 10 não se aplica no presente procedimento, por não se tratar de licitação para registro de preços.

## **11. Dos recursos**

11.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

11.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.



- 11.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:
- 11.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;
  - 11.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos;
  - 11.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;
- 11.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.
- 11.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar o recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.
- 11.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.
- 11.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.
- 11.8. O recurso terá efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
- 11.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.
- 11.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados *pelo meio eletrônico [https://portal.sei.sp.gov.br/sei/institucional/usuario\\_externo](https://portal.sei.sp.gov.br/sei/institucional/usuario_externo)*.

## **12. Das infrações administrativas e sanções**

- 12.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante ou Contratado que, com dolo ou culpa:
- 12.1.1. der causa à inexecução parcial do contrato;
  - 12.1.2. der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
  - 12.1.3. der causa à inexecução total do contrato;
  - 12.1.4. deixar de entregar a documentação exigida para o certame, inclusive não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo pregoeiro durante o certame;
  - 12.1.5. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta, em especial quando:
    - 12.1.5.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;
    - 12.1.5.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;
    - 12.1.5.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;
    - 12.1.5.4. deixar de apresentar amostra, caso exigida na documentação que integra este Edital; ou
    - 12.1.5.5. caso exigida na documentação que integra este Edital, apresentar amostra em desacordo com as especificações do Edital;

12.1.6. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

12.1.6.1. recusar-se, sem justificativa, a formalizar a contratação ou a ata de registro de preço (caso o item 1 defina licitação para registro de preços) no prazo e condições estabelecidos pela Administração;

12.1.7. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

12.1.8. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

12.1.9. fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

12.1.10. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

12.1.10.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

12.1.10.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

12.1.10.3. caso exigida na documentação que integra este Edital, apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

12.1.11. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

12.1.12. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 2013.

12.2. Com fundamento na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes, adjudicatários e/ou Contratado as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

12.2.1. advertência;

12.2.2. multa;

12.2.3. impedimento de licitar e contratar; e

12.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

12.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

12.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

12.3.2. as peculiaridades do caso concreto;

12.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

12.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública;

12.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.4. A sanção de multa será calculada em conformidade com a documentação que integra este instrumento, e aplicada após regular processo administrativo

12.4.1. A sanção de multa prevista no inciso II do *caput* do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, calculada na forma deste Edital, não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato (§ 3º do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021).

12.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas cumulativamente com a penalidade de multa, garantido o exercício de prévia e ampla defesa.

12.6. Antes da aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

12.7. A sanção de advertência será aplicada, após regular processo administrativo, ao responsável em decorrência da infração administrativa relacionada no item 12.1.1, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

12.8. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada, após regular processo administrativo, ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 12.1.2, 12.1.3, 12.1.4, 12.1.5, 12.1.6 e 12.1.7, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Estado de São Paulo, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

12.9. A sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar será aplicada, após regular processo administrativo, ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 12.1.8, 12.1.9, 12.1.10, 12.1.11 e 12.1.12, bem como das infrações administrativas previstas nos itens 12.1.2, 12.1.3, 12.1.4, 12.1.5, 12.1.6 e 12.1.7 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja extensão e duração observará o prazo previsto no art. 156, § 5º, da Lei nº 14.133, de 2021.

12.10. A recusa injustificada do adjudicatário em formalizar a contratação ou assinar a ata de registro de preços (caso o item 1 defina licitação para registro de preços) no prazo e condições estabelecidos pela Administração, descrita no item 12.1.6.1, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades legalmente estabelecidas (art. 90, § 5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.11. A apuração de responsabilidade relacionada às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta nos termos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante, o adjudicatário ou o Contratado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

12.12. As sanções são autônomas e a aplicação de uma não exclui a de outra.

12.13. Da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, observando-se o disposto no art. 166 da Lei nº 14.133, de 2021.

12.14. Da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, caberá pedido de reconsideração no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, observando-se o disposto no art. 167 da Lei nº 14.133, de 2021.

12.15. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

12.16. A aplicação das sanções previstas neste Edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados à Administração Pública.

12.17. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada, caso exigida na documentação que integra o Edital, ou, quando for o caso, será cobrada judicialmente (art. 156, § 8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.18. Os atos previstos como infrações administrativas na lei de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e a autoridade competente definidos na referida Lei.

12.19. A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos na Lei nº 14.133, de 2021, ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia, nos termos do art. 160 do referido diploma legal.

12.20. O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ele aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo federal (art. 161 da Lei nº 14.133, de 2021).

### **13. Da impugnação do edital e do pedido de esclarecimento**

13.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos, devendo protocolar a impugnação ou o pedido de esclarecimento até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

**13.2. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelo(s) seguinte(s) meio(s):**

13.2.1. **impugnação:** [cpi6uge@policiamilitar.sp.gov.br](mailto:cpi6uge@policiamilitar.sp.gov.br).

13.2.2. **esclarecimentos:** [6bpmip4@policiamilitar.sp.gov.br](mailto:6bpmip4@policiamilitar.sp.gov.br).

13.3. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

13.3.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional, e, caso ocorra, será motivada nos autos do processo de licitação.

13.4. A decisão da impugnação ou a resposta ao pedido de esclarecimento serão divulgadas em sítio eletrônico oficial conforme especificado na subdivisão subsequente, no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

13.4.1. As decisões das impugnações e as respostas aos pedidos de esclarecimento serão juntadas aos autos do processo licitatório, ficarão disponíveis para consulta por qualquer interessado, e serão publicadas no sistema e no(s) sítio(s) eletrônico(s) na Internet <http://www.comprasnet.gov.br/seguro/loginPortal.asp> , sem informar a identidade do responsável pela impugnação ou pelo pedido de esclarecimento.

13.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame, exceto quando a alteração não comprometer a formulação das propostas.

13.6. A ausência de impugnação implicará na aceitação tácita, pelo licitante, das condições previstas neste Edital e em seus Anexos.

13.7. A ausência de pedido de esclarecimento implicará na presunção de que os interessados não tiveram dúvidas a respeito da presente licitação, razão pela qual não serão admitidos questionamentos extemporâneos.

### **14. Das disposições gerais**

14.1. Exaurida a fase recursal, será observado o disposto no art. 71 da Lei nº 14.133, de 2021.

14.1.1. Constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade superior adjudicará o objeto da licitação ao licitante vencedor e homologará o procedimento licitatório.

14.2. A disciplina da formalização da contratação observará o disposto nas subdivisões deste item 14.2.

**14.2.1. Após a homologação da licitação, em sendo realizada a contratação, sua formalização ocorrerá mediante a emissão de nota de empenho e/ou a assinatura de Termo de Contrato, cuja minuta integra este Edital como Anexo.**

- 14.2.1.1. Se, por ocasião da formalização da contratação, algum dos documentos apresentados pelo adjudicatário para fins de comprovação das condições de habilitação estiver com o prazo de validade expirado, a Administração verificará a situação por meio eletrônico hábil de informações e certificará a regularidade nos autos do processo, anexando a ele os documentos comprobatórios, salvo impossibilidade devidamente justificada.
- 14.2.1.2. Se não for possível atualizar os documentos referidos na subdivisão acima por meio eletrônico hábil de informações, o adjudicatário será notificado para, no prazo de 02 (dois) dias úteis, comprovar a sua situação de regularidade mediante a apresentação das certidões respectivas com prazos de validade em plena vigência, sob pena de a contratação não se realizar.
- 14.2.1.3. Constitui condição para a celebração da contratação, bem como para a realização dos pagamentos dela decorrentes, a inexistência de registros em nome do adjudicatário no “Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais – CADIN ESTADUAL”. Esta condição será considerada cumprida se o devedor comprovar que os respectivos registros se encontram suspensos, nos termos do art. 8º, §§ 1º e 2º, da Lei estadual nº 12.799, de 2008.
- 14.2.1.4. Com a finalidade de verificar se o licitante mantém as condições de participação no certame, serão novamente consultados, previamente à celebração da contratação, os cadastros especificados no item 7.1 deste Edital.
- 14.2.1.5. Constitui(em), igualmente, condição(ões) para a celebração da contratação:
- 14.2.1.5.1. a apresentação do(s) documento(s) que deva(m) ser exibido(s) pelo adjudicatário anteriormente ou por ocasião da celebração da contratação, caso exigida em disposição(ões) ou declaração(ões) específica(s) que esteja (m) prevista(s) neste instrumento ou na documentação que o integra como Anexo;
- 14.2.1.5.2. a indicação de gestor encarregado de representar o adjudicatário com exclusividade perante o Contratante, caso se trate de sociedade cooperativa (se admitida a participação de cooperativa);
- 14.2.1.5.3. caso seja definido no item 1 deste Edital que o objeto da licitação consiste em prestação de serviços de engenharia, a apresentação do registro ou inscrição do licitante no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA ou no Conselho de Arquitetura e Urbanismo – CAU competente, com o visto do CREA/SP ou do CAU/SP, conforme o caso, se o local do registro ou inscrição for situado em região não compreendida na área de jurisdição da referida entidade, observada a legislação aplicável.
- 14.2.2. O adjudicatário terá o prazo de **02 (dois) dias**, contados a partir da data de sua convocação, para comparecer perante a Unidade Contratante para a retirada da nota de empenho ou, alternativamente, solicitar o seu envio por meio eletrônico, sob pena de decadência do direito, sem prejuízo das sanções previstas na **Lei nº 14.133, de 2021**.
- 14.2.2.1. O contrato será assinado com a utilização de meio eletrônico, nos termos da legislação aplicável.
- 14.2.2.2. O prazo para assinatura previsto na subdivisão anterior poderá ser prorrogado por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração;
- 14.2.2.3. Será considerado celebrado o contrato, em caso de assinaturas por meio eletrônico em datas diferentes, na data da última assinatura eletrônica das partes do termo contratual.
- 14.2.3. Caso a formalização ocorra por nota de empenho, o adjudicatário terá o prazo de 02 (dois) dias, contados a partir da data de sua convocação, para comparecer perante a Unidade Contratante para a retirada da nota de empenho ou, alternativamente, solicitar o seu envio por meio eletrônico, sob pena de decadência do direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.
- 14.2.3.1. O prazo para formalização da contratação previsto na subdivisão anterior poderá ser prorrogado por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração;
- 14.2.3.2. O não comparecimento do fornecedor para retirar a nota de empenho ou, quando solicitado o seu envio por meio eletrônico, a ausência de envio confirmação de recebimento dentro do prazo previsto na subdivisão anterior importará na recusa à contratação, sujeita à aplicação das sanções cabíveis.

14.2.3.3. A retirada da Nota de Empenho ou, quando solicitado o seu envio por meio eletrônico, o envio de confirmação de recebimento, implica a ciência e a concordância pelo adjudicatário:

14.2.3.3.1. de que referida Nota está substituindo o instrumento de contrato, aplicando-se à relação jurídica ali estabelecida as disposições da Lei nº 14.133, de 2021;

14.2.3.3.2. de que está vinculado às previsões contidas neste Edital e seus Anexos e à sua proposta;

14.2.3.3.3. de que se aplicam às omissões as disposições da Lei nº 14.133, de 2021, e normas regulamentares pertinentes, e, subsidiariamente, as disposições da Lei nº 8.078, de 1990, e princípios gerais dos contratos;

14.2.3.3.4. de que as hipóteses de extinção da contratação são aquelas previstas nos arts. 137 e 138 da Lei nº 14.133, de 2021;

14.2.3.3.5. dos direitos da Administração previstos nos arts. 137 a 139 da Lei nº 14.133, de 2021;

14.2.3.3.6. de que as condições de habilitação e contratação consignadas neste Edital deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência da contratação.

14.2.3.3.7. de que serão observados a Lei nº 12.846, de 2013, e o Decreto estadual nº 69.588, de 2025, e as vedações constantes do Decreto estadual nº 68.829, de 2024, e dos artigos 14 e 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021.

14.2.4. Na hipótese de o vencedor da licitação não comprovar manter as condições de habilitação e preencher as condições de contratação consignadas neste Edital, ou não assinar o contrato, ou recusar a contratação, a Administração, sem prejuízo da apuração do cabimento de aplicação de sanções e das demais cominações legais cabíveis a esse licitante, poderá convocar os licitantes remanescentes, respeitada a ordem de classificação, para a celebração do contrato em conformidade com o procedimento e as condições estabelecidas no art. 90 da **Lei nº 14.133, de 2021**.

14.2.5. Será facultada à Administração a convocação dos demais licitantes classificados para a contratação de remanescente em consequência de rescisão de contrato celebrado com fundamento nesta licitação, observados os critérios estabelecidos no § 7º do art. 90 da **Lei nº 14.133, de 2021**.

14.3. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

14.4. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o 1º (primeiro) dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo pregoeiro.

14.5. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

14.6. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

14.7. As normas disciplinadoras da licitação serão interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse público, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

14.8. Os casos omissos serão solucionados pelo pregoeiro.

14.9. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

14.10. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

14.11. No julgamento das propostas e da habilitação, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

14.11.1. As falhas passíveis de saneamento na documentação apresentada pelo licitante são aquelas cujo conteúdo retrate situação fática ou jurídica já existente na data da abertura da sessão pública deste Pregão.

14.11.2. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público, nos termos do inciso III do art. 12 da Lei nº 14.133, de 2021.

14.12. Em relação à disciplina acerca de programas de integridade, será observado o disposto no Decreto estadual nº 69.861, de 11 de setembro de 2025, e na Resolução CGE nº 4, de 27 de fevereiro de 2026, quando for o caso.

14.13. Caso seja vencedor da licitação, o licitante a ser contratado estará sujeito à assinatura de Termo de Ciência e de Notificação, quando prevista a sua apresentação em ato normativo editado pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, conforme a disciplina aplicável.

14.14. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no sítio eletrônico <http://impresaooficial.com.br/ENegocios/HomeNPNaologado30.aspx>.

14.15. Para dirimir quaisquer questões decorrentes da licitação, não resolvidas na esfera administrativa, será competente o foro da Comarca da Capital do Estado de São Paulo.

14.16. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes Anexos:

14.16.1. ANEXO I - Termo de Referência, apenso Estudo Técnico Preliminar;

14.16.2. ANEXO II - Minuta de Nota de Empenho e/ou Minuta de Termo de Contrato;

14.16.3. ANEXO III – Resolução SSP nº 05, de 02MAR26;

14.16.4. ANEXO IV – Modelo(s) referente(s) a planilha de proposta;

14.16.5. Anexo V - Modelo(s) de Declaração(ões).

## 15. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

**FABIO ANTUNES POSSATO**

Autoridade competente



Assinou eletronicamente em 19/05/2026 às 17:02:56.

## Lista de Anexos

Atenção: Apenas arquivos nos formatos ".pdf", ".txt", ".jpg", ".jpeg", ".gif" e ".png" enumerados abaixo são anexados diretamente a este documento.

- Anexo I - 01 - ANEXO I - TERMO DE REFERENCIA 153.2026.pdf (233.32 KB)
- Anexo II - 02 - ANEXO II - NOTA DE EMPENHO.pdf (103.47 KB)
- Anexo III - 03 - ANEXO III - Resolucao SSP n 05, de 02MAR26 - Regulamenta a aplicacao das sancoes adm previstas na Lei 14133.pdf (1.2 MB)
- Anexo IV - 04 - ANEXO IV - PLANILHA DE PROPOSTA.pdf (924.29 KB)
- Anexo V - 05 - ANEXO V - Modelo de Declaracao.pdf (14.92 KB)



ESP-COMANDO POLIC.INT.-6 SANTOS

Termo de Referência 153/2026

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
153/2026	180154-ESP-COMANDO POLIC.INT.-6 SANTOS	REGINA HELENA SERRAO MIRANDA	04/05/2026 15:20 (v 0.4)
Status			
ASSINADO			

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
II - compra, inclusive por encomenda/Bens de consumo		057.00146126/2026-01

1. Definição do objeto

1.1. Aquisição de gêneros alimentícios para alimentação intermediária às refeições principais visando suprir as necessidades do efetivo do 6º BPM/I, conforme condições e exigências estabelecidas neste Termo de Referência, de acordo com as subdivisões na forma de itens quem compões este instrumento.

ITEM	DESCRIÇÃO <u>RESUMIDA</u> DO OBJETO <u>ATENÇÃO PARA DESCRIÇÃO COMPLETA NA TABELA ABAIXO</u>	CÓD. 1	CÓD. 2	UNID. FORN.	QTDD	VLR UNIT.	VLR TOTAL
1	MARGARINA	463699	4595777	POTE 500g	92	R\$ 7,95	R\$ 731,40
2	AÇÚCAR REFINADO	463994	4428692	PCTE 1 kg	292	R\$ 4,87	R\$ 1.422,04
3	BISCOITO SALGADO ÁGUA E GERGELIM	217130	1314645	PCTE 215g	170	R\$ 6,85	R\$ 1.164,50
4	BISCOITO WAFER SABOR CHOCOLATE	255866	4581954	PCTE 140g	130	R\$ 4,90	R\$ 637,00
5	BISCOITO DOCE TIPO MAIZENA	605938	4577213	PCTE 170g	161	R\$ 4,12	R\$ 663,32
6	CAFÉ TRADICIONAL	463587	5410762	PCTE 500g	593	R\$ 33,39	R\$ 19.800,27
7	BISCOITO DOCE ROSQUINHA DE COCO	245803	4577159	PCTE 500g	130	R\$ 8,66	R\$ 1.125,80
8	ADOÇANTE	353156	4620062	Frasco 100ml	27	R\$ 5,08	R\$ 137,16
9	TORRADA INTEGRAL	467288	4575369	PCTE 142g	110	R\$ 6,85	R\$ 753,50
10	LEITE EM PÓ	446019	1226924	PCTE 400g	100	R\$ 18,00	R\$ 1.800,00
11	LEITE INTEGRAL	445995	4296443	CAIXA 1lt	201	R\$ 5,80	R\$ 1.165,80
12	MANTEIGA	446393	1312944	POTE 500g	48	R\$ 29,33	R\$ 1.407,84
13	REQUEIJÃO CREMOSO	216793	1259890	COPO 200g	46	R\$ 8,55	R\$ 393,30
14	ACHOCOLATADO EM FLOCOS	463548	4518632	PCTE 300g	10	R\$ 23,50	R\$ 235,00
15	ÓLEO DE SOJA	463692	1324098	EMB. 900ml	28	R\$ 8,00	R\$ 224,00
16	AZEITE DE OLIVA	463696	5659590	EMB. 500ml	35	R\$ 32,90	R\$ 1.151,50
17	VINAGRE	340581	4611870	EMB. 750ml	15	R\$ 7,35	R\$ 110,25
18	PAÇOCA RETANGULAR	465663	5300355	POTE 1kg	10	R\$ 22,99	R\$ 229,90
19	CHÁ MATE	236613	4525698	CAIXA 250g	10	R\$ 10,50	R\$ 105,00
VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO							R\$ 33.257,58

**LEGENDA:**

CÓD. 1 = CÓDIGO DO COMPRAS SP.

CÓD. 2 = CÓDIGO SIAFÍSICO (BEC)

QTDD = QUANTIDADE

VLR UNIT. = VALOR ESTIMADO UNITÁRIO DO ITEM

VLR TOTAL = VALOR ESTIMADO TOTAL DO ITEM

ITEM	DESCRIÇÃO COMPLETA DO OBJETO	MARCA REFERENCIAL
	<b>ATENÇÃO: OS PRODUTOS QUE NÃO ATENDEREM ÀS ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS AQUI DESCRITAS SERÃO DEVOLVIDOS.</b>	art. 41, I, "d", Lei 14.133/21
1	<p><b>MARGARINA</b></p> <p>CREME 100% VEGETAL, <b>COM SAL</b>, CONTENDO ÓLEOS VEGETAIS, VITAMINAS A, D, B6 e B12.</p> <p><b>DEVE POSSUIR NO MÍNIMO O PADRÃO DE QUALIDADE DAS MARCAS REFERENCIADAS</b> TRANSPORTADA E CONSERVADA A UMA TEMPERATURA NÃO SUPERIOR A 16°C, EMBALAGEM PRIMARIA POTE PLÁSTICO ATÓXICO E LACRADO, EMBALAGEM SECUNDARIA CAIXA DE PAPELÃO REFORÇADA. CONDIÇÕES DEVEM AO ESTAR DE ACORDO COM A RDC 331/19, IN 60/19 (ANVISA), RDC 259/02, RDC 360/03 , IN 66/19(MAPA) E ALTERACOES POSTERIORES.</p> <p><b>PRODUTO SUJEITO A VERIFICAÇÃO NO ATO DA ENTREGA AOS PROCEDIMENTOS ADMINISTRATIVOS DETERMINADOS PELA ANVISA E MAPA.</b></p> <p><b>AS ESPECIFICAÇÕES DO PRODUTO DEVEM FAZER PARTE DA EMBALAGEM ORIGINAL, NÃO SE ADMITINDO ADESIVOS.</b></p> <p><b>O PRODUTO DEVE TER A QUALIDADE CORRESPONDENTE AOS PRODUTOS REFERENCIADOS.</b></p> <p><b>VALIDADE MINIMA DE 10 MESES NA DATA DA ENTREGA</b></p>	DORIANA
2	<p><b>AÇUCAR REFINADO</b></p> <p>OBTIDO A PARTIR DO CALDO DA CANA DE AÇUCAR, COM ASPECTO, COR E ODOR CARACTERÍSTICOS E SABOR DOCE, NÃO PODENDO APRESENTAR SUJIDADES, PARASITAS E LARVAS. <b>DEVE POSSUIR NO MÍNIMO O PADRÃO DE QUALIDADE DAS MARCAS REFERENCIADAS</b> EMBALAGEM PRIMÁRIA PLÁSTICA ATÓXICA DEVIDAMENTE LACRADA. CONDIÇÕES DO PRODUTO DEVERÃO ESTAR DE ACORDO COM A RESOLUCAO RDC 271/05, RDC 12/01, RDC 259/02, RDC 360/03 E ALTERAÇÕES POSTERIORES.</p> <p><b>PRODUTO SUJEITO A VERIFICAÇÃO NO ATO DA ENTREGA AOS PROCEDIMENTOS ADMINISTRATIVOS DETERMINADOS PELA ANVISA.</b></p> <p><b>AS ESPECIFICAÇÕES DO PRODUTO DEVEM FAZER PARTE DA EMBALAGEM, NÃO SE ADMITINDO ADESIVOS.</b></p> <p><b>O PRODUTO DEVE TER A QUALIDADE CORRESPONDENTE AOS PRODUTOS REFERENCIADOS.</b></p> <p><b>VALIDADE MÍNIMA DE 10 MESES NA DATA DA ENTREGA</b></p>	UNIÃO  DA BARRA
	<p><b>BISCOITO DE ÁGUA E GERGELIM</b></p> <p>COMPOSTO DE FARINHA DE TRIGO ENRIQUECIDA COM FERRO E ÁCIDO FÓLICO, GORDURA VEGETAL, GERGELIM, EXTRATO DE MALTE, SAL, EMULSIFICANTE LECITINA DE SOJA, FERMENTO QUÍMICO, BICARBONATO DE SÓDIO E MELHORADOR DE FARINHA, METABISSULFITO DE SÓDIO. ESPÉCIES DOADORAS DO GENE DA LECITINA DE SOJA: AGROBACTERIUM TUMEFACIENS, ARABIDOPSIS THALIANA. A MASSA DEVE SER CROCANTE.</p>	

	<p><b>DEVE POSSUIR NO MÍNIMO O PADRÃO DE QUALIDADE DA MARCA REFERENCIADA.</b></p> <p><b>INFORMAÇÃO NUTRICIONAL DEVE OBRIGATORIAMENTE SER IMPRESSA NA EMBALAGEM:</b>  <b>MÁXIMO DE 210 mg de SÓDIO por 30 g.</b></p>	
3	<p>LEGISLAÇÃO E SUAS CONDIÇÕES DEVERÃO ESTAR DE ACORDO COM A RESOLUÇÃO RDC 263/05, RDC360 /03, RDC 12/01, RDC 259/02, RDC 14/14 E ALTERAÇÕES POSTERIORES.</p> <p><b>PRODUTO SUJEITO A VERIFICAÇÃO NO ATO DA ENTREGA AOS PROCEDIMENTOS ADMINISTRATIVOS DETERMINADOS PELA ANVISA.</b></p> <p><b>AS ESPECIFICAÇÕES DO PRODUTO DEVEM FAZER PARTE DA EMBALAGEM, NÃO SE ADMITINDO ADESIVOS.</b></p> <p><b>O PRODUTO DEVE TER A QUALIDADE CORRESPONDENTE AOS PRODUTOS REFERENCIADOS.</b></p> <p><b>VALIDADE MÍNIMA DE 05 MESES NA DATA DA ENTREGA</b></p>	PIRAQUÊ
4	<p><b>BISCOITO WAFER SABOR CHOCOLATE</b></p> <p>BISCOITO COM RECHEIO SABOR DE CHOCOLATE COM AVELÃ</p> <p><b>FORMATO RETANGULAR COM NO MÍNIMO 03 (TRÊS) CAMADAS DE RECHEIO E MASSA CROCANTE ( A EMBALAGEM DEVE INFORMAR QUE O SABOR É DE CHOCOLATE)</b></p> <p>COMPOSICAO: AÇÚCAR, GORDURA VEGETAL, FARINHA DE TRIGO ENRIQUECIDA COM FERRO E ÁCIDO FÓLICO, CACAU EM PÓ, AMIDO, ÓLEO DE MILHO, SAL, EMULSIFICANTE: LECITINA DE SOJA, AROMATIZANTE E FERMENTO QUÍMICO: BICARBONATO DE SÓDIO.</p> <p><b>DEVE POSSUIR NO MÍNIMO O PADRÃO DE QUALIDADE DA MARCA REFERENCIADA</b></p> <p><b>INFORMAÇÃO NUTRICIONAL DEVE OBRIGATÓRIAMENTE SER IMPRESSA NA EMBALAGEM:</b>  <b>MÁXIMO 40 mg de SÓDIO (2%) por porção de 30g.</b>  <b>GORDURA TRANS 0%</b></p> <p>EMBALAGEM PRIMARIA: EMBALAGEM PRIMARIA FILME BOPP METALIZADO, ATOXICO E LACRADO.</p> <p>LEGISLACAO: E SUAS CONDICÕES DEVERAO ESTAR DE ACORDO COM A RDC 12/01, RDC 259/02, RDC 360 /03, RDC 344/02, RDC 263/05 E ALTERACOES POSTERIORES.</p> <p><b>PRODUTO SUJEITO A VERIFICAÇÃO NO ATO DA ENTREGA AOS PROCEDIMENTOS ADMINISTRATIVOS DETERMINADOS PELA ANVISA.</b></p> <p><b>AS ESPECIFICAÇÕES DO PRODUTO DEVEM FAZER PARTE DA EMBALAGEM, NÃO SE ADMITINDO ADESIVOS.</b></p> <p><b>O PRODUTO DEVE TER A QUALIDADE CORRESPONDENTE AOS PRODUTOS REFERENCIADOS.</b></p> <p><b>VALIDADE MÍNIMA DE 05 MESES NA DATA DA ENTREGA</b></p>	BAUDUCCO
	<p><b>BISCOITO DE MAIZENA</b></p> <p>COMPOSIÇÃO: AÇÚCAR, GORDURA VEGETAL AÇÚCAR INVERTIDO, FARINHA DE TRIGO ENRIQUECIDA COM FERRO E ÁCIDO FÓLICO, AMIDO, EXTRATO DE MALTE, SAL, FERMENTO QUÍMICO: (BICARBONATO DE SÓDIO E BICARBONATO DE AMÔNIO), EMULSIFICANTE (LECITINA DE SOJA), AROMATIZANTES E MELHORADOR DE FARINHA (METABISSULFITO DE SÓDIO).</p> <p><b>DEVE POSSUIR NO MÍNIMO O PADRÃO DE QUALIDADE DA MARCA REFERENCIADA</b></p> <p><b>INFORMAÇÃO NUTRICIONAL DEVE OBRIGATÓRIAMENTE SER IMPRESSA NA EMBALAGEM:</b>  <b>GORDURA TRANS 0%</b></p>	

5	<p>EMBALAGEM PRIMARIA: EMBALAGEM PRIMARIA FILME BOPP METALIZADO, ATOXICO E LACRADO.</p> <p>LEGISLACAO: E SUAS CONDICÕES DEVERAO ESTAR DE ACORDO COM A RDC 12/01, RDC 259/02, RDC 360 /03, RDC 344/02, RDC 263/05 E ALTERACOES POSTERIORES.</p> <p><b>PRODUTO SUJEITO A VERIFICAÇÃO NO ATO DA ENTREGA AOS PROCEDIMENTOS ADMINISTRATIVOS DETERMINADOS PELA ANVISA.</b></p> <p><b>AS ESPECIFICAÇÕES DO PRODUTO DEVEM FAZER PARTE DA EMBALAGEM, NÃO SE ADMITINDO ADESIVOS.</b></p> <p><b>O PRODUTO DEVE TER A QUALIDADE CORRESPONDENTE AOS PRODUTOS REFERENCIADOS.</b></p> <p><b>VALIDADE MÍNIMA DE 05 MESES NA DATA DA ENTREGA</b></p>	BAUDUCCO
6	<p><b>CAFÉ TRADICIONAL</b></p> <p>TORRA CLÁSSICA, MOAGEM MÉDIA, <b>INTENSIDADE 8 (A INFORMAÇÃO DA INTENSIDADE DEVE OBRIGATORIAMENTE ESTAR IMPRESSA NA EMBALAGEM).</b></p> <p>NÍVEL DE QUALIDADE 5 (CINCO) OU SUPERIOR NA CLASSIFICAÇÃO ABIC (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DA INDÚSTRIA DE CAFÉ), DE UMA PONTUAÇÃO QUE VARIA DE 0 A 10.</p> <p><b>DEVE POSSUIR NO MÍNIMO O PADRÃO DE QUALIDADE DAS MARCAS REFERENCIADAS</b></p> <p><b>DEVE POSSUIR CERTIFICADO DE PUREZA E QUALIDADE DA ABIC PARA CAFÉ TRADICIONAL.</b></p> <p><b>DEVER SER IMPRESSO NA EMBALAGEM, NÃO SE ADMITINDO ETIQUETA ADESIVA COM A CERTIFICAÇÃO. NÃO BASTA CONTAR A CERTIFICAÇÃO NA EMBALAVEM, POIS O RECEBIMENTO ESTÁ SUJEITO À CONFERÊNCIA DA CERTIFICAÇÃO.</b></p> <p>EMBALAGEM DO CAFE: COM EMBALAGEM PRIMARIA ALTO VÁCUO (TIJOLINHO) E EMBALAGEM SECUNDARIA CAIXA DE PAPEL CARTÃO; ROTULAGEM DO CAFÉ: ROTULAGEM IMPRESSA NA EMBALAGEM SECUNDARIA; ROTULAGEM I DO CAFE: NAO SENDO TOLERADA A PRESENCA DE ETIQUETA AUTO ADESIVA COM A DESCRICAO DO PRODUTO.</p> <p><b>CONSTITUIDO DE CAFÉ ATÉ TIPO 2 A 8 NA CLASSIFICACAO OFICIAL BRASILEIRA-COB.</b></p> <p>GRAU DE IMPUREZA DO CAFÉ: IMPUREZAS (CASCAS E PAUS) EM G/100G MAXIMA DE 1%; UMIDADE DO CAFE: E UMIDADE EM G/100G MAXIMA DE 5%; LEGISLACÃO: OBEDECENDO RESOLUCAO SAA-19, DE 05/04 /2010.</p> <p><b>PRODUTO SUJEITO A VERIFICAÇÃO NO ATO DA ENTREGA AOS PROCEDIMENTOS ADMINISTRATIVOS DETERMINADOS PELA ANVISA.</b></p> <p><b>AS ESPECIFICAÇÕES DO PRODUTO DEVEM FAZER PARTE DA EMBALAGEM, NÃO SE ADMITINDO ADESIVOS.</b></p> <p><b>O PRODUTO DEVE TER A QUALIDADE CORRESPONDENTE AOS PRODUTOS REFERENCIADOS.</b></p> <p><b>VALIDADE MÍNIMA DE 10 MESES NA DATA DA ENTREGA</b></p>	<p>MELITTA TRADICIONAL</p> <p>3 CORAÇÕES TRADICIONAL</p>
7	<p><b>BISCOITO TIPO ROSQUINHA DE COCO</b></p> <p>COMPOSIÇÃO: AÇÚCAR, GORDURA VEGETAL, AÇÚCAR LÍQUIDO INVERTIDO, FARINHA DE TRIGO ENRIQUECIDA COM FERRO E ÁCIDO FÓLICO, SAL, COCO RALADO, FERMENTO QUÍMICO: (BICARBONATO DE SÓDIO, BICARBONATO DE AMÔNIO E PIROFOSFATO ÁCIDO DE SÓDIO), EMULSIFICANTE (LECITINA DE SOJA), AROMATIZANTES</p> <p><b>DEVE POSSUIR NO MÍNIMO O PADRÃO DE QUALIDADE DA MARCA REFERENCIADA</b></p> <p><b>INFORMAÇÃO NUTRICIONAL DEVE OBRIGATORIAMENTE SER IMPRESSA NA EMBALAGEM</b></p> <p>LEGISLACAO: E SUAS CONDICÕES DEVERAO ESTAR DE ACORDO COM A RDC 12/01, RDC 259/02, RDC 360 /03, RDC 344/02, RDC 263/05 E ALTERACOES POSTERIORES.</p>	MABEL

	<p><b>PRODUTO SUJEITO A VERIFICAÇÃO NO ATO DA ENTREGA AOS PROCEDIMENTOS ADMINISTRATIVOS DETERMINADOS PELA ANVISA.</b></p> <p><b>AS ESPECIFICAÇÕES DO PRODUTO DEVEM FAZER PARTE DA EMBALAGEM, NÃO SE ADMITINDO ADESIVOS.</b></p> <p><b>O PRODUTO DEVE TER A QUALIDADE CORRESPONDENTE AOS PRODUTOS REFERENCIADOS.</b></p> <p><b>VALIDADE MÍNIMA DE 05 MESES NA DATA DA ENTREGA</b></p>	
8	<p><b>ADOÇANTE</b></p> <p>COMPOSIÇÃO: ÁGUA, SORBITOL, EDUCORANTES: SUCRALOSE E ACESULFAME-K, CONSERVADORES: ÁCIDO BENZÓICO E BENZOATO DE SÓDIO, ACIDULANTE: ÁCIDO CÍTRICO E REGULADOR DE ACIDEZ: CITRATO DE SÓDIO.</p> <p><b>DEVE POSSUIR NO MÍNIMO O PADRÃO DE QUALIDADE DA MARCA REFERENCIADA</b></p> <p><b>INFORMAÇÃO NUTRICIONAL DEVE OBRIGATORIAMENTE SER IMPRESSA NA EMBALAGEM</b></p> <p><b>PRODUTO SUJEITO A VERIFICAÇÃO NO ATO DA ENTREGA AOS PROCEDIMENTOS ADMINISTRATIVOS DETERMINADOS PELA ANVISA.</b></p> <p><b>AS ESPECIFICAÇÕES DO PRODUTO DEVEM FAZER PARTE DA EMBALAGEM, NÃO SE ADMITINDO ADESIVOS.</b></p> <p><b>O PRODUTO DEVE TER A QUALIDADE CORRESPONDENTE AOS PRODUTOS REFERENCIADOS.</b></p> <p><b>VALIDADE MÍNIMA DE 36 MESES NA DATA DA ENTREGA</b></p>	<b>ZERO-CAL</b>
9	<p><b>TORRADA INTEGRAL</b></p> <p>COMPOSIÇÃO: FARINHA DE TRIGO INTEGRAL, FARINHA DE TRIGO ENRIQUECIDA COM FERRO E ÁCIDO FÓLICO, GORDURA VEGETAL, AÇÚCAR, GLÚTEN, SAL, EXTRATO DE MALTE E AROMATIZANTE. CONTÉM GLÚTEN</p> <p><b>DEVE POSSUIR NO MÍNIMO O PADRÃO DE QUALIDADE DA MARCA REFERENCIADA</b></p> <p><b>INFORMAÇÃO NUTRICIONAL DEVE OBRIGATORIAMENTE SER IMPRESSA NA EMBALAGEM</b></p> <p><b>PRODUTO SUJEITO A VERIFICAÇÃO NO ATO DA ENTREGA AOS PROCEDIMENTOS ADMINISTRATIVOS DETERMINADOS PELA ANVISA.</b></p> <p><b>AS ESPECIFICAÇÕES DO PRODUTO DEVEM FAZER PARTE DA EMBALAGEM, NÃO SE ADMITINDO ADESIVOS.</b></p> <p><b>O PRODUTO DEVE TER A QUALIDADE CORRESPONDENTE AOS PRODUTOS REFERENCIADOS.</b></p> <p><b>VALIDADE MÍNIMA DE 06 MESES NA DATA DA ENTREGA</b></p>	<b>BAUDUCCO</b>
10	<p><b>LEITE EM PÓ</b></p> <p>COMPOSIÇÃO: <b>LEITE INTEGRAL</b>, MINERAIS: CÁLCIO (CARBONATO DE CÁLCIO) FERRO (PIROFOSFATO FÉRRICO) E ZINCO (SULFATO DE ZINCO) E VITAMINAS: VITAMINA C (ASCORBATO DE SÓDIO), VITAMINA E (ACETATO DE D,L - ALFA TECOFERILA), VITAMINA A (ACETATO DE RETINILA) E VITAMINA D (COLECALCIFEROL).</p> <p><b>DEVE POSSUIR NO MÍNIMO O PADRÃO DE QUALIDADE DA MARCA REFERENCIADA</b></p> <p><b>INFORMAÇÃO NUTRICIONAL DEVE OBRIGATORIAMENTE SER IMPRESSA NA EMBALAGEM</b></p> <p><b>PRODUTO SUJEITO A VERIFICAÇÃO NO ATO DA ENTREGA AOS PROCEDIMENTOS ADMINISTRATIVOS DETERMINADOS PELA ANVISA.</b></p> <p><b>AS ESPECIFICAÇÕES DO PRODUTO DEVEM FAZER PARTE DA EMBALAGEM, NÃO SE ADMITINDO ADESIVOS.</b></p> <p><b>O PRODUTO DEVE TER A QUALIDADE CORRESPONDENTE AOS PRODUTOS REFERENCIADOS.</b></p>	<b>NINHO</b>

	<b>VALIDADE MÍNIMA DE 06 MESES NA DATA DA ENTREGA</b>	
11	<p><b>LEITE FLUIDO</b></p> <p>COMPOSIÇÃO: <b>LEITE INTEGRAL</b>, VITAMINAS A, C e D, MINERAIS: FERRO E ZINCO.</p> <p><b>DEVE POSSUIR NO MÍNIMO O PADRÃO DE QUALIDADE DA MARCA REFERENCIADA</b></p> <p><b>INFORMAÇÃO NUTRICIONAL DEVE OBRIGATORIAMENTE SER IMPRESSA NA EMBALAGEM, NO MÍNIMO 3% NO TEOR DE GORDURA</b></p> <p><b>LPRODUTO SUJEITO A VERIFICAÇÃO NO ATO DA ENTREGA AOS PROCEDIMENTOS ADMINISTRATIVOS DETERMINADOS PELA ANVISA.</b></p> <p><b>AS ESPECIFICAÇÕES DO PRODUTO DEVEM FAZER PARTE DA EMBALAGEM, NÃO SE ADMITINDO ADESIVOS.</b></p> <p><b>O PRODUTO DEVE TER A QUALIDADE CORRESPONDENTE AOS PRODUTOS REFERENCIADOS.</b></p> <p><b>VALIDADE MÍNIMA DE 05 MESES NA DATA DA ENTREGA</b></p>	<p><b>ITAMBÉ</b></p> <p><b>PIRACANJUBA</b></p>
12	<p><b>MANTEIGA</b></p> <p>CREME DE LEITE PASTEURIZADO, <b>COM SAL</b>, E CORANTE NATURAL DE URUCUM</p> <p><b>DEVE POSSUIR NO MÍNIMO O PADRÃO DE QUALIDADE DAS MARCAS REFERENCIADAS</b></p> <p>TRANSPORTADA E CONSERVADA A UMA TEMPERATURA NÃO SUPERIOR A 16°C, EMBALAGEM PRIMARIA POTE PLÁSTICO ATÓXICO E LACRADO, EMBALAGEM SECUNDARIA CAIXA DE PAPELÃO REFORÇADA. CONDIÇÕES DEVEM AO ESTAR DE ACORDO COM A RDC 331/19, IN 60/19 (ANVISA), RDC 259/02, RDC 360/03 , IN 66/19(MAPA) E ALTERACOES POSTERIORES.</p> <p><b>PRODUTO SUJEITO A VERIFICAÇÃO NO ATO DA ENTREGA AOS PROCEDIMENTOS ADMINISTRATIVOS DETERMINADOS PELA ANVISA E MAPA.</b></p> <p><b>AS ESPECIFICAÇÕES DO PRODUTO DEVEM FAZER PARTE DA EMBALAGEM ORIGINAL, NÃO SE ADMITINDO ADESIVOS.</b></p> <p><b>O PRODUTO DEVE TER A QUALIDADE CORRESPONDENTE AOS PRODUTOS REFERENCIADOS.</b></p> <p><b>VALIDADE MINIMA DE 10 MESES NA DATA DA ENTREGA</b></p>	<p><b>ITALAC</b></p> <p><b>TEIXEIRA</b></p>
13	<p><b>REQUEIJÃO CREMOSO</b></p> <p>COMPOSIÇÃO: CREME DE LEITE, MASSA COALHADA (LEITE PASTEURIZADO, FERMENTO LÁCTEO, cloreto de cálcio e coagulante), manteiga, cloreto de sódio (sal), estabilizantes (difosfato tetrassódico e polifosfato de sódio), regulador de acidez (ácido cítrico) e conservadores (sorbato de potássio e nisina)</p> <p><b>DEVE POSSUIR NO MÍNIMO O PADRÃO DE QUALIDADE DA MARCA REFERENCIADA</b></p> <p><b>INFORMAÇÃO NUTRICIONAL DEVE OBRIGATORIAMENTE SER IMPRESSA NA EMBALAGEM</b></p> <p>LEGISLACAO: E SUAS CONDICÕES DEVERAO ESTAR DE ACORDO COM A RDC 12/01, RDC 259/02, RDC 360 /03, RDC 344/02, RDC 263/05 E ALTERACOES POSTERIORES.</p> <p><b>PRODUTO SUJEITO A VERIFICAÇÃO NO ATO DA ENTREGA AOS PROCEDIMENTOS ADMINISTRATIVOS DETERMINADOS PELA ANVISA.</b></p> <p><b>AS ESPECIFICAÇÕES DO PRODUTO DEVEM FAZER PARTE DA EMBALAGEM, NÃO SE ADMITINDO ADESIVOS.</b></p> <p><b>O PRODUTO DEVE TER A QUALIDADE CORRESPONDENTE AOS PRODUTOS REFERENCIADOS.</b></p> <p><b>VALIDADE MÍNIMA DE 05 MESES NA DATA DA ENTREGA</b></p>	<p><b>TIROLEZ</b></p>
	<b>ACHOCOLATADO EM FLOCOS</b>	

14	<p>COMPOSIÇÃO: AÇÚCAR, EXTRATO DE MALTE, GLUCOSE, CACAU EM PÓ, SORO DE LEITE EM PÓ, LEITE EM PÓ INTEGRAL, OVO EM PÓ, SAL, VITAMINAS (NIACINA, E, ACIDO PANTOTÊNICO, B6, B1, B2, ÁCIDO FÓLICO, D, B12), MINERAIS ( CÁLCIO, FERRO, ZINCO, MAGNÉSIO, MANGANES, IODO), CANELA EM PÓ, ANTIUMECTANTE CARBONATO DE SÓDIO, EMULSIFICANTE, LECITINA DE SOJA E AROMATIZANTE.</p> <p><b>CONTÉM GLUTEN</b></p> <p><b>DEVE POSSUIR NO MÍNIMO O PADRÃO DE QUALIDADE DA MARCA REFERENCIADA</b></p> <p><b>INFORMAÇÃO NUTRICIONAL DEVE OBRIGATORIAMENTE SER IMPRESSA NA EMBALAGEM</b></p> <p>LEGISLAÇÃO: E SUAS CONDIÇÕES DEVERÃO ESTAR DE ACORDO COM A RDC 12/01, RDC 259/02, RDC 360 /03, RDC 344/02, RDC 263/05 E ALTERAÇÕES POSTERIORES.</p> <p><b>PRODUTO SUJEITO A VERIFICAÇÃO NO ATO DA ENTREGA AOS PROCEDIMENTOS ADMINISTRATIVOS DETERMINADOS PELA ANVISA.</b></p> <p><b>AS ESPECIFICAÇÕES DO PRODUTO DEVEM FAZER PARTE DA EMBALAGEM, NÃO SE ADMITINDO ADESIVOS.</b></p> <p><b>O PRODUTO DEVE TER A QUALIDADE CORRESPONDENTE AOS PRODUTOS REFERENCIADOS.</b></p> <p><b>VALIDADE MÍNIMA DE 06 MESES NA DATA DA ENTREGA</b></p>	OVOMALTINE
15	<p><b>ÓLEO DE SOJA</b></p> <p>COMPOSIÇÃO: ÓLEO DE SOJA, ANTIOXIDANTES TBHQ, ÁCIDO CÍTRICO</p> <p><b>DEVE POSSUIR NO MÍNIMO O PADRÃO DE QUALIDADE DA MARCA REFERENCIADA</b></p> <p><b>INFORMAÇÃO NUTRICIONAL DEVE OBRIGATORIAMENTE SER IMPRESSA NA EMBALAGEM</b></p> <p><b>PRODUTO SUJEITO A VERIFICAÇÃO NO ATO DA ENTREGA AOS PROCEDIMENTOS ADMINISTRATIVOS DETERMINADOS PELA ANVISA.</b></p> <p><b>AS ESPECIFICAÇÕES DO PRODUTO DEVEM FAZER PARTE DA EMBALAGEM, NÃO SE ADMITINDO ADESIVOS.</b></p> <p><b>O PRODUTO DEVE TER A QUALIDADE CORRESPONDENTE AOS PRODUTOS REFERENCIADOS.</b></p> <p><b>VALIDADE MÍNIMA DE 06 MESES NA DATA DA ENTREGA</b></p>	SOYA LIZA
16	<p><b>AZEITE DE OLIVA</b></p> <p>COMPOSIÇÃO: AZEITE DE OLIVA REFINADO E AZEITE DE OLIVA VIRGEM</p> <p><b>DEVE POSSUIR NO MÍNIMO O PADRÃO DE QUALIDADE DA MARCA REFERENCIADA</b></p> <p><b>INFORMAÇÃO NUTRICIONAL DEVE OBRIGATORIAMENTE SER IMPRESSA NA EMBALAGEM</b></p> <p><b>PRODUTO SUJEITO A VERIFICAÇÃO NO ATO DA ENTREGA AOS PROCEDIMENTOS ADMINISTRATIVOS DETERMINADOS PELA ANVISA.</b></p> <p><b>AS ESPECIFICAÇÕES DO PRODUTO DEVEM FAZER PARTE DA EMBALAGEM, NÃO SE ADMITINDO ADESIVOS.</b></p> <p><b>O PRODUTO DEVE TER A QUALIDADE CORRESPONDENTE AOS PRODUTOS REFERENCIADOS.</b></p> <p><b>VALIDADE MÍNIMA DE 05 MESES NA DATA DA ENTREGA</b></p>	GALLO ANDORINHA
	<p><b>VINAGRE</b></p> <p>COMPOSIÇÃO: FERMENTADO ACÉTICO DE MAÇA, ÁGUA E CONSERVANTE INS224, ACIDEZ 4,0%</p> <p><b>DEVE POSSUIR NO MÍNIMO O PADRÃO DE QUALIDADE DA MARCA REFERENCIADA</b></p> <p><b>INFORMAÇÃO NUTRICIONAL DEVE OBRIGATORIAMENTE SER IMPRESSA NA EMBALAGEM</b></p>	

17	<p>LEGISLAÇÃO: E SUAS CONDIÇÕES DEVERÃO ESTAR DE ACORDO COM A RDC 12/01, RDC 259/02, RDC 360/03, RDC 344/02, RDC 263/05 E ALTERAÇÕES POSTERIORES.</p> <p><b>PRODUTO SUJEITO A VERIFICAÇÃO NO ATO DA ENTREGA AOS PROCEDIMENTOS ADMINISTRATIVOS DETERMINADOS PELA ANVISA.</b></p> <p><b>AS ESPECIFICAÇÕES DO PRODUTO DEVEM FAZER PARTE DA EMBALAGEM, NÃO SE ADMITINDO ADESIVOS.</b></p> <p><b>O PRODUTO DEVE TER A QUALIDADE CORRESPONDENTE AOS PRODUTOS REFERENCIADOS.</b></p> <p><b>VALIDADE MÍNIMA DE 05 MESES NA DATA DA ENTREGA</b></p>	CASTELO
18	<p><b>PAÇOCA RETANGULAR</b></p> <p>COMPOSIÇÃO: AMENDOIM TORRADO E MOÍDO, AÇÚCAR E SAL</p> <p><b>DEVE POSSUIR NO MÍNIMO O PADRÃO DE QUALIDADE DA MARCA REFERENCIADA</b></p> <p><b>INFORMAÇÃO NUTRICIONAL DEVE OBRIGATORIAMENTE SER IMPRESSA NA EMBALAGEM</b></p> <p><b>PRODUTO SUJEITO A VERIFICAÇÃO NO ATO DA ENTREGA AOS PROCEDIMENTOS ADMINISTRATIVOS DETERMINADOS PELA ANVISA.</b></p> <p><b>AS ESPECIFICAÇÕES DO PRODUTO DEVEM FAZER PARTE DA EMBALAGEM, NÃO SE ADMITINDO ADESIVOS.</b></p> <p><b>O PRODUTO DEVE TER A QUALIDADE CORRESPONDENTE AOS PRODUTOS REFERENCIADOS.</b></p> <p><b>VALIDADE MÍNIMA DE 06 MESES NA DATA DA ENTREGA</b></p>	SANTA HELENA
19	<p><b>CHÁ MATE</b></p> <p>COMPOSIÇÃO: FOLHAS E TALOS DE ERVA-MATE TOSTADA (ILEX PARAGUARIENSIS ST. HIL), SEMENTE DE GUARANÁ (PAULLINIA CUPANA L.) E AROMATIZANTE</p> <p><b>DEVE POSSUIR NO MÍNIMO O PADRÃO DE QUALIDADE DA MARCA REFERENCIADA</b></p> <p><b>INFORMAÇÃO NUTRICIONAL DEVE OBRIGATORIAMENTE SER IMPRESSA NA EMBALAGEM</b></p> <p><b>PRODUTO SUJEITO A VERIFICAÇÃO NO ATO DA ENTREGA AOS PROCEDIMENTOS ADMINISTRATIVOS DETERMINADOS PELA ANVISA.</b></p> <p><b>AS ESPECIFICAÇÕES DO PRODUTO DEVEM FAZER PARTE DA EMBALAGEM, NÃO SE ADMITINDO ADESIVOS.</b></p> <p><b>O PRODUTO DEVE TER A QUALIDADE CORRESPONDENTE AOS PRODUTOS REFERENCIADOS.</b></p> <p><b>VALIDADE MÍNIMA DE 06 MESES NA DATA DA ENTREGA</b></p>	MATTE LEÃO

1.1.1. Em caso de eventual divergência entre a descrição do item do catálogo do sistema Compras.gov.br e as disposições deste Termo de Referência, prevalecem as disposições deste Termo de Referência.

1.1.2. Este Termo de Referência foi elaborado em conformidade com o Decreto estadual nº 68.185, de 11 de dezembro de 2023.

1.2. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como bens de consumo, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar, elaborado nos termos do Decreto estadual nº 68.017, de 11 de outubro de 2023.

1.3. O objeto desta contratação não se enquadra como bem de luxo, observando o disposto no artigo 20 da Lei nº 14.133, de 2021 e no Decreto estadual nº 67.985, de 27 de setembro de 2023.

1.4. O prazo de vigência da contratação é de 30 dias (trinta dias), contados da emissão da Nota de Empenho, na forma do artigo 105 da Lei n.º 14.133, de 2021, respeitado os direitos da contratante afetos à Lei nº 8.078/90.

1.5. O contrato estabelece a disciplina que será aplicada em relação à vigência da contratação.

#### Subcontratação



1.6. O Contratado não poderá subcontratar ceder ou transferir, total ou parcialmente, o objeto contratual.

## 2. Fundamentação da contratação

2.1. A presente aquisição é necessária para dar continuidade ao abastecimento do Estado Maior e das respectivas Subunidades do 6º Batalhão de Polícia Militar do Interior, visando atender aos policiais militares, nos termos das I-34-PM (Instruções para funcionamento do Fundo Especial de Despesa da Polícia Militar).

2.1.2. a aquisição está pautado no disposto no artigo 28 das I-34-PM, que versa sobre o fornecimento de alimentação intermediária às refeições principais.

2.2. O objeto da contratação não está previsto no Plano de Contratações Anual em execução, razão pela qual foi solicitada a inclusão no plano em execução por meio do DFD correlato a este TR.

2.1.1. Destaca-se que a fonte de recursos é o Fundo Especial de Despesa disciplinado nas I-34-PM, programa FEPOM COPA.

## 3. Descrição da solução

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

## 4. Requisitos da contratação

### Da exigência de carta de solidariedade

4.1. Desnecessária a carta de solidariedade.

### Garantia da contratação

4.2. Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

## 5. Modelo de execução do objeto

### Condições de Entrega

5.1. O prazo de entrega dos bens é de 10 (dez) dias, contados do(a) emissão da nota de empenho.

5.2. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, o fornecedor deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 02 (dois) dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

5.3. Os bens deverão ser entregues na sede do 6º BPM/I, sito a Av. Ana Costa, 389, Gonzaga, Santos - SP, CEP nº 11060-003.

5.4. Considerando que todos itens são produtos perecíveis, o prazo de validade na data da entrega não poderá ser inferior a 10 meses.

## 6. Modelo de gestão do contrato

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o Contratante e o Contratado devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O Contratante poderá convocar representante do Contratado para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a celebração da contratação, o Contratante poderá convocar o representante do Contratado para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução do Contratado, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

### **Fiscalização**

6.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelo(s) respectivo(s) substituto(s) (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

### **Fiscalização Técnica**

6.7. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17).

6.7.1. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º, e Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17, II).

6.7.2. O fiscal técnico realizará, em conformidade com cronograma físico-financeiro, as medições dos serviços executados e aprovará a planilha de medição emitida pelo Contratado (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17, III).

6.7.3. O fiscal técnico adotará medidas preventivas de controle de contratos, manifestando-se quanto à necessidade de suspensão da execução do objeto (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17, IV).

6.7.4. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso (Lei federal nº 14.133, de 2021, artigo 117, § 2º).

6.7.5. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17, II).

### **Fiscalização Administrativa**

6.8. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação do Contratado, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 18, II e III).

6.8.1. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 18, IV).

6.8.2. Sempre que solicitado pelo Contratante, o Contratado deverá comprovar o cumprimento da reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em outras normas específicas, com a indicação dos empregados que preencherem as referidas vagas, nos termos do parágrafo único do artigo 116 da Lei nº 14.133, de 2021.

### **Gestor do Contrato**

6.9. O gestor do contrato exercerá a atividade de coordenação dos atos de fiscalização técnica, administrativa e setorial e dos atos preparatórios à instrução processual visando, entre outros, à prorrogação, à alteração, ao reequilíbrio, ao pagamento, à eventual aplicação de sanções e extinção do contrato (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, inciso III do art. 2º).

6.10. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação do Contratado, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 16, IX).

6.11. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 16, VI).

6.12. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 16, VI).

6.13. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 16, VII e parágrafo único).

6.14. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

## 7. Critérios de medição e pagamento

### Recebimento

7.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

7.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da notificação do Contratado, às suas custas, sem prejuízo da aplicação de penalidades.

7.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, **após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.**

7.4. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

7.5. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, se houver parcela incontroversa, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, com a comunicação ao Contratado para emissão de Nota Fiscal /Fatura no que pertine à parcela incontroversa, para efeito de liquidação e pagamento.

7.6. O prazo para a solução, pelo Contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

7.7. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

### Liquidação

7.8. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 10 (dez) dias úteis para fins de liquidação, a contar de seu recebimento pela Administração, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, justificadamente, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais (art. 7º, I, e §§ 2º e 3º, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 4 de novembro de 2022, c/c o Decreto estadual nº 67.608, de 2023).

7.8.1. O prazo de que trata a subdivisão acima será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação nele especificada, no caso de contratação decorrente de despesa cujo valor não ultrapasse o limite de que trata o inciso II do caput do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.9. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como, caso aplicáveis:

7.9.1. o prazo de validade;

7.9.2. a data da emissão;

7.9.3. os dados do contrato e do órgão contratante;

7.9.4. o período respectivo de execução do contrato;

7.9.5. o valor a pagar; e

7.9.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.10. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante.

7.11. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao Sicaf ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.12. A Administração deverá realizar consulta ao Sicaf para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 26 de abril de 2018 c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023).

7.13. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

7.14. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.15. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à extinção contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

7.16. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela extinção do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao Sicaf.

### **Prazo de pagamento**

7.17. O pagamento será efetuado no prazo de 30 (trinta) dias, contados da apresentação da nota fiscal ou documento de cobrança equivalente, desde que tenha sido finalizada a liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos do art. 2º, II, do Decreto estadual nº 67.608, de 2023.

7.18. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente na forma da legislação aplicável (artigo 2º, inciso III, do Decreto estadual nº 67.608, de 2023, c/c o artigo 1º do Decreto estadual nº 32.117, de 1990), bem como incidirão juros moratórios, a razão de 0,5% (meio por cento) ao mês, calculados pro rata temporis, em relação ao atraso verificado.

### **Forma de pagamento**

7.19. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para depósito em conta corrente bancária em nome do Contratado no Banco do Brasil S/A.

7.19.1. Constitui condição para a realização dos pagamentos a inexistência de registros em nome do Contratado no “Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais– CADIN ESTADUAL”, o qual deverá ser consultado por ocasião da realização de cada pagamento. O cumprimento desta condição poderá se dar pela comprovação, pelo Contratado, de que os registros estão suspensos, nos termos do artigo 8º da Lei estadual nº 12.799, de 2008.

7.20. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.21. O Contratante poderá, por ocasião do pagamento, efetuar a retenção de tributos determinada por lei, ainda que não haja indicação de retenção na nota fiscal apresentada ou que se refira a retenções não realizadas em meses anteriores.

7.21.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.22. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

## **8. Critérios de seleção do fornecedor**

### **Forma de seleção e critério de julgamento da proposta**

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade Pregão, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

### **Forma de fornecimento**

8.2. O fornecimento do objeto será com entrega imediata.

### Exigências de habilitação

8.3. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos das seções subsequentes deste item 8, que serão exigidos conforme sua natureza jurídica.

### Habilitação jurídica

8.4. **Pessoa física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

8.5. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.6. **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

8.7. **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal** ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - **EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.8. **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020;

8.9. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.10. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

8.11. **Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial, devendo o estatuto estar adequado à Lei nº 12.690, de 2012; documentos de eleição ou designação dos atuais administradores; e registro perante a entidade estadual da Organização das Cooperativas Brasileiras de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971;

8.12. **Ato de autorização** para o exercício da atividade, expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

8.13. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

### Habilitação fiscal, social e trabalhista.

8.14. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas.

8.15. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente aos créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

8.16. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.17. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943

8.18. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual/Distrital e/ou Municipal/Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.19. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual/Distrital quanto ao Imposto sobre operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre prestações de Serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação - ICMS, e, nos termos da Lei Complementar nº 214, de 2025, quanto ao Imposto sobre Bens e Serviços – IBS do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.20 Caso o fornecedor se considere isento ou imune de tributos relacionados ao objeto contratual, em relação aos quais seja exigida regularidade fiscal neste instrumento, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

## Qualificação Econômico-Financeira

8.22. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação (art. 5º, inciso II, alínea "c", da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021 c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023), de sociedade simples;

8.23. Certidão negativa de falência, expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor, caso se trate de empresário individual ou sociedade empresaria.

## Outras comprovações

8.24. Tratando-se de cooperativa, será exigida a seguinte documentação complementar, para evidenciar a observância do disposto no art. 16 da Lei nº 14.133, de 2021:

8.24.1. A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971;

8.24.2. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

8.24.3. Regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia;

8.24.4. Edital de convocação e ata da última assembleia geral, e registro de presença dos cooperados presentes nessa assembleia;

8.24.5. Ata da reunião em que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação;

8.24.6. A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei nº 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador;

8.24.7. Documentação que seja demonstrativa de atuação em regime cooperado, com repartição de receitas e despesas entre os cooperados, caso essa circunstância não esteja evidenciada na documentação a ser apresentada para atendimento às subdivisões anteriores.

## 9. Estimativas do Valor da Contratação

**Valor (R\$):** 33.257,58

9.1. O valor estimado total da contratação é de **R\$ 33.257,58 (Trinta e três mil, duzentos e cinquenta e sete reais e cinquenta e oito centavos)**, conforme custos unitários apostos na tabela acima. O valor estimado da contratação foi definido com observância do disposto no Decreto estadual nº 67.888, de 17 de agosto de 2023.

## 10. Adequação orçamentária

10.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos

10.2. No presente exercício, a contratação será atendida pela seguinte dotação:

I- Gestão/Unidade: 00001/180154;

II - Fonte de Recursos: 175.930.039;

III - Programa de Trabalho: 180402 - Programa de Trabalho;

IV - Elemento de Despesa: 33903010;

V - Plano Interno: 002.033.0633;

10.3. Quando a execução do contrato ultrapassar o presente exercício, a dotação relativa ao(s) exercício(s) financeiro(s) subsequente(s) será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

## 11. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

**REGINA HELENA SERRAO MIRANDA**

Auxiliar Logística



*Assinou eletronicamente em 04/05/2026 às 15:20:34.*

ESP-COMANDO POLIC.INT.-6 SANTOS

Estudo Técnico Preliminar 90/2026

1. Informações Básicas

Número do processo: 057.00146126/2026-01

2. Descrição da necessidade

O 6º Batalhão de Polícia Militar do Interior conta com um efetivo aproximado oscilante de 630 (seiscentos e trinta) policiais militares, dentre os quais existem aquele que contribuem com o programa FEPOM COPA disciplinado nas I-16-PM.

O referido programa trata do fornecimento de alimentação intermediária às refeições mediante contribuições mensais dos policiais militares, as quais, posteriormente, são aplicadas para aquisição de gêneros alimentícios destinados àquela alimentação.

Nesse contexto, considerando a contribuição, a disponibilidade de verba oriunda do referido Fundo Especial de Despesa, apresenta-se a presente demanda para fornecimento de alimentação intermediária às refeições aos contribuintes do programa FEPOM COPA, visando a aquisição dos seguintes produtos:

ITEM	DESCRIÇÃO <u>RESUMIDA</u> DO OBJETO  <u>ATENÇÃO PARA DESCRIÇÃO COMPLETA NA TABELA ABAIXO</u>	CÓD. 1	CÓD. 2	UNID. FORN.	QTDD	VLR UNIT.	VLR TOTAL
1	MARGARINA	463699	4595777	POTE 500g	92	R\$ 7,95	R\$ 731,40
2	AÇÚCAR REFINADO	463994	4428692	PCTE 1 kg	292	R\$ 4,87	R\$ 1.422,04
3	BISCOITO SALGADO ÁGUA E GERGELIM	217130	1314645	PCTE 215g	170	R\$ 6,85	R\$ 1.164,50
4	BISCOITO WAFER SAVOR CHOCOLATE	255866	4581954	PCTE 140g	130	R\$ 4,90	R\$ 637,00
5	BISCOITO DOCE TIPO MAIZENA	605938	4577213	PCTE 170g	161	R\$ 4,12	R\$ 663,32
6	CAFÉ TRADICIONAL	463587	5410762	PCTE 500g	593	R\$ 33,39	R\$ 19.800,27
7	BISCOITO DOCE ROSQUINHA DE COCO	245803	4577159	PCTE 500g	130	R\$ 8,66	R\$ 1.125,80
8	ADOÇANTE	353156	4620062	Frasco 100ml	27	R\$ 5,08	R\$ 137,16
9	TORRADA INTEGRAL	467288	4575369	PCTE 142g	110	R\$ 6,85	R\$ 753,50
10	LEITE EM PÓ	446019	1226924	PCTE 400g	100	R\$ 18,00	R\$ 1.800,00
11	LEITE INTEGRAL	445995	4296443	CAIXA 1lt	201	R\$ 5,80	R\$ 1.165,80
12	MANTEIGA	446393	1312944	POTE 500g	48	R\$ 29,33	R\$ 1.407,84
13	REQUEIJÃO CREMOSO	216793	1259890	COPO 200g	46	R\$ 8,55	R\$ 393,30
14	ACHOCOLATADO EM FLOCOS	463548	4518632	PCTE 300g	10	R\$ 23,50	R\$ 235,00
15	ÓLEO DE SOJA	463692	1324098	EMB. 900ml	28	R\$ 8,00	R\$ 224,00
16	AZEITE DE OLIVA	463696	5659590	EMB. 500ml	35	R\$ 32,90	R\$ 1.151,50
17	VINAGRE	340581	4611870	EMB. 750ml	15	R\$ 7,35	R\$ 110,25
18	PAÇOCA RETANGULAR	465663	5300355	POTE 1kg	10	R\$ 22,99	R\$ 229,90
19	CHÁ MATE	236613	4525698	CAIXA 250g	10	R\$ 10,50	R\$ 105,00
VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO							R\$ 33.257,58

--	--	--



ITEM	<p align="center"><b>DESCRIÇÃO COMPLETA DO OBJETO</b></p> <p><b><u>ATENÇÃO:</u> OS PRODUTOS QUE NÃO ATENDEREM ÀS ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS AQUI DESCRITAS SERÃO DEVOLVIDOS.</b></p>	<p align="center"><b>MARCA REFERENCIAL</b></p> <p align="center">art. 41, I, "d", Lei 14.133/21</p>
1	<p align="center"><b>MARGARINA</b></p> <p>CREME 100% VEGETAL, <b><u>COM SAL</u></b>, CONTENDO ÓLEOS VEGETAIS, VITAMINAS A, D, B6 e B12.</p> <p><b>DEVE POSSUIR NO MÍNIMO O PADRÃO DE QUALIDADE DAS MARCAS REFERENCIADAS</b> TRANSPORTADA E CONSERVADA A UMA TEMPERATURA NÃO SUPERIOR A 16°C, EMBALAGEM PRIMARIA POTE PLÁSTICO ATÓXICO E LACRADO, EMBALAGEM SECUNDARIA CAIXA DE PAPELÃO REFORÇADA. CONDIÇÕES DEVEM AO ESTAR DE ACORDO COM A RDC 331/19, IN 60/19 (ANVISA), RDC 259/02, RDC 360/03 , IN 66/19(MAPA) E ALTERACOES POSTERIORES.</p> <p align="center"><b>PRODUTO SUJEITO A VERIFICAÇÃO NO ATO DA ENTREGA AOS PROCEDIMENTOS ADMINISTRATIVOS DETERMINADOS PELA ANVISA E MAPA.</b></p> <p align="center"><b>AS ESPECIFICAÇÕES DO PRODUTO DEVEM FAZER PARTE DA EMBALAGEM ORIGINAL, NÃO SE ADMITINDO ADESIVOS.</b></p> <p align="center"><b>O PRODUTO DEVE TER A QUALIDADE CORRESPONDENTE AOS PRODUTOS REFERENCIADOS.</b></p> <p align="center"><b>VALIDADE MINIMA DE 10 MESES NA DATA DA ENTREGA</b></p>	<p align="center"><b>DORIANA</b></p>
2	<p align="center"><b>AÇUCAR REFINADO</b></p> <p>OBTIDO A PARTIR DO CALDO DA CANA DE AÇUCAR, COM ASPECTO, COR E ODOR CARACTERÍSTICOS E SABOR DOCE, NÃO PODENDO APRESENTAR SUJIDADES, PARASITAS E LARVAS.</p> <p><b><u>DEVE POSSUIR NO MÍNIMO O PADRÃO DE QUALIDADE DAS MARCAS REFERENCIADAS</u></b> EMBALAGEM PRIMÁRIA PLÁSTICA ATÓXICA DEVIDAMENTE LACRADA. CONDIÇÕES DO PRODUTO DEVERÃO ESTAR DE ACORDO COM A RESOLUCAO RDC 271/05, RDC 12/01, RDC 259/02, RDC 360/03 E ALTERAÇÕES POSTERIORES.</p> <p align="center"><b>PRODUTO SUJEITO A VERIFICAÇÃO NO ATO DA ENTREGA AOS PROCEDIMENTOS ADMINISTRATIVOS DETERMINADOS PELA ANVISA.</b></p> <p align="center"><b>AS ESPECIFICAÇÕES DO PRODUTO DEVEM FAZER PARTE DA EMBALAGEM, NÃO SE ADMITINDO ADESIVOS.</b></p> <p align="center"><b>O PRODUTO DEVE TER A QUALIDADE CORRESPONDENTE AOS PRODUTOS REFERENCIADOS.</b></p> <p align="center"><b>VALIDADE MÍNIMA DE 10 MESES NA DATA DA ENTREGA</b></p>	<p align="center"><b>UNIÃO</b></p> <p align="center"><b>DA BARRA</b></p>
3	<p align="center"><b>BISCOITO DE ÁGUA E GERGELIM</b></p> <p>COMPOSTO DE FARINHA DE TRIGO ENRIQUECIDA COM FERRO E ÁCIDO FÓLICO, GORDURA VEGETAL, GERGELIM, EXTRATO DE MALTE, SAL, EMULSIFICANTE LECITINA DE SOJA, FERMENTO QUÍMICO, BICARBONATO DE SÓDIO E MELHORADOR DE FARINHA, METABISSULFITO DE SÓDIO. ESPÉCIES DOADORAS DO GENE DA LECITINA DE SOJA: AGROBACTERIUM TUMEFACIENS, ARABIDOPSIS THALIANA. A MASSA DEVE SER CROCANTE.</p> <p align="center"><b>DEVE POSSUIR NO MÍNIMO O PADRÃO DE QUALIDADE DA MARCA REFERENCIADA.</b></p> <p align="center"><b>INFORMAÇÃO NUTRICIONAL DEVE OBRIGATORIAMENTE SER IMPRESSA NA EMBALAGEM:</b> <b>MÁXIMO DE 210 mg de SÓDIO por 30 g.</b></p> <p>LEGISLAÇÃO E SUAS CONDIÇÕES DEVERÃO ESTAR DE ACORDO COM A RESOLUÇÃO RDC 263/05, RDC360 /03, RDC 12/01, RDC 259/02, RDC 14/14 E ALTERAÇÕES POSTERIORES.</p> <p align="center"><b>PRODUTO SUJEITO A VERIFICAÇÃO NO ATO DA ENTREGA AOS PROCEDIMENTOS ADMINISTRATIVOS DETERMINADOS PELA ANVISA.</b></p>	<p align="center"><b>PIRAQUÊ</b></p>

	<p><b>AS ESPECIFICAÇÕES DO PRODUTO DEVEM FAZER PARTE DA EMBALAGEM, NÃO SE ADMITINDO ADESIVOS.</b></p> <p><b>O PRODUTO DEVE TER A QUALIDADE CORRESPONDENTE AOS PRODUTOS REFERENCIADOS.</b></p> <p><b>VALIDADE MÍNIMA DE 05 MESES NA DATA DA ENTREGA</b></p>	
4	<p><b>BISCOITO WAFER SABOR CHOCOLATE</b></p> <p>BISCOITO COM RECHEIO SABOR DE CHOCOLATE COM AVELÃ</p> <p><b>FORMATO RETANGULAR COM NO MÍNIMO 03 (TRÊS) CAMADAS DE RECHEIO E MASSA CROCANTE ( A EMBALAGEM DEVE INFORMAR QUE O SABOR É DE CHOCOLATE)</b></p> <p>COMPOSICAO: AÇÚCAR, GORDURA VEGETAL, FARINHA DE TRIGO ENRIQUECIDA COM FERRO E ÁCIDO FÓLICO, CACAU EM PÓ, AMIDO, ÓLEO DE MILHO, SAL, EMULSIFICANTE: LECITINA DE SOJA, AROMATIZANTE E FERMENTO QUÍMICO: BICARBONATO DE SÓDIO.</p> <p><b>DEVE POSSUIR NO MÍNIMO O PADRÃO DE QUALIDADE DA MARCA REFERENCIADA</b></p> <p><b>INFORMAÇÃO NUTRICIONAL DEVE OBRIGATORIAMENTE SER IMPRESSA NA EMBALAGEM:</b>  <b>MÁXIMO 40 mg de SÓDIO (2%) por porção de 30g.</b>  <b>GORDURA TRANS 0%</b></p> <p>EMBALAGEM PRIMARIA: EMBALAGEM PRIMARIA FILME BOPP METALIZADO, ATOXICO E LACRADO.</p> <p>LEGISLACAO: E SUAS CONDICÕES DEVERÃO ESTAR DE ACORDO COM A RDC 12/01, RDC 259/02, RDC 360 /03, RDC 344/02, RDC 263/05 E ALTERAÇÕES POSTERIORES.</p> <p><b>PRODUTO SUJEITO A VERIFICAÇÃO NO ATO DA ENTREGA AOS PROCEDIMENTOS ADMINISTRATIVOS DETERMINADOS PELA ANVISA.</b></p> <p><b>AS ESPECIFICAÇÕES DO PRODUTO DEVEM FAZER PARTE DA EMBALAGEM, NÃO SE ADMITINDO ADESIVOS.</b></p> <p><b>O PRODUTO DEVE TER A QUALIDADE CORRESPONDENTE AOS PRODUTOS REFERENCIADOS.</b></p> <p><b>VALIDADE MÍNIMA DE 05 MESES NA DATA DA ENTREGA</b></p>	BAUDUCCO
5	<p><b>BISCOITO DE MAIZENA</b></p> <p>COMPOSIÇÃO: AÇÚCAR, GORDURA VEGETAL AÇÚCAR INVERTIDO, FARINHA DE TRIGO ENRIQUECIDA COM FERRO E ÁCIDO FÓLICO, AMIDO, EXTRATO DE MALTE, SAL, FERMENTO QUÍMICO: (BICARBONATO DE SÓDIO E BICARBONATO DE AMÔNIO), EMULSIFICANTE (LECITINA DE SOJA), AROMATIZANTES E MELHORADOR DE FARINHA (METABISSULFITO DE SÓDIO).</p> <p><b>DEVE POSSUIR NO MÍNIMO O PADRÃO DE QUALIDADE DA MARCA REFERENCIADA</b></p> <p><b>INFORMAÇÃO NUTRICIONAL DEVE OBRIGATORIAMENTE SER IMPRESSA NA EMBALAGEM:</b>  <b>GORDURA TRANS 0%</b></p> <p>EMBALAGEM PRIMARIA: EMBALAGEM PRIMARIA FILME BOPP METALIZADO, ATOXICO E LACRADO.</p> <p>LEGISLACAO: E SUAS CONDICÕES DEVERÃO ESTAR DE ACORDO COM A RDC 12/01, RDC 259/02, RDC 360 /03, RDC 344/02, RDC 263/05 E ALTERAÇÕES POSTERIORES.</p> <p><b>PRODUTO SUJEITO A VERIFICAÇÃO NO ATO DA ENTREGA AOS PROCEDIMENTOS ADMINISTRATIVOS DETERMINADOS PELA ANVISA.</b></p>	BAUDUCCO

	<p><b>AS ESPECIFICAÇÕES DO PRODUTO DEVEM FAZER PARTE DA EMBALAGEM, NÃO SE ADMITINDO ADESIVOS.</b></p> <p><b>O PRODUTO DEVE TER A QUALIDADE CORRESPONDENTE AOS PRODUTOS REFERENCIADOS.</b></p> <p><b>VALIDADE MÍNIMA DE 05 MESES NA DATA DA ENTREGA</b></p>	
6	<p><b>CAFÉ TRADICIONAL</b></p> <p>TORRA CLÁSSICA, MOAGEM MÉDIA, <b><u>INTENSIDADE 8 (A INFORMAÇÃO DA INTENSIDADE DEVE OBRIGATORIAMENTE ESTAR IMPRESSA NA EMBALAGEM).</u></b></p> <p>NÍVEL DE QUALIDADE 5 (CINCO) OU SUPERIOR NA CLASSIFICAÇÃO ABIC (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DA INDÚSTRIA DE CAFÉ), DE UMA PONTUAÇÃO QUE VARIA DE 0 A 10.</p> <p><b>DEVE POSSUIR NO MÍNIMO O PADRÃO DE QUALIDADE DAS MARCAS REFERENCIADAS</b></p> <p><b>DEVE POSSUIR CERTIFICADO DE PUREZA E QUALIDADE DA ABIC PARA CAFÉ TRADICIONAL.</b></p> <p><b>DEVER SER IMPRESSO NA EMBALAGEM, NÃO SE ADMITINDO ETIQUETA ADESIVA COM A CERTIFICAÇÃO. NÃO BASTA CONTAR A CERTIFICAÇÃO NA EMBALAGEM, POIS O RECEBIMENTO ESTÁ SUJEITO À CONFERÊNCIA DA CERTIFICAÇÃO.</b></p> <p>EMBALAGEM DO CAFE: COM EMBALAGEM PRIMARIA ALTO VÁCUO (TIJOLINHO) E EMBALAGEM SECUNDARIA CAIXA DE PAPEL CARTÃO; ROTULAGEM DO CAFÉ: ROTULAGEM IMPRESSA NA EMBALAGEM SECUNDARIA; ROTULAGEM I DO CAFE: NAO SENDO TOLERADA A PRESENÇA DE ETIQUETA AUTO ADESIVA COM A DESCRICAO DO PRODUTO.</p> <p><b>CONSTITUIDO DE CAFÉ ATÉ TIPO 2 A 8 NA CLASSIFICACAO OFICIAL BRASILEIRA-COB.</b></p> <p>GRAU DE IMPUREZA DO CAFÉ: IMPUREZAS (CASCA E PAUS) EM G/100G MAXIMA DE 1%; UMIDADE DO CAFE: E UMIDADE EM G/100G MAXIMA DE 5%; LEGISLAÇÃO: OBEDECENDO RESOLUCAO SAA-19, DE 05/04 /2010.</p> <p><b>PRODUTO SUJEITO A VERIFICAÇÃO NO ATO DA ENTREGA AOS PROCEDIMENTOS ADMINISTRATIVOS DETERMINADOS PELA ANVISA.</b></p> <p><b>AS ESPECIFICAÇÕES DO PRODUTO DEVEM FAZER PARTE DA EMBALAGEM, NÃO SE ADMITINDO ADESIVOS.</b></p> <p><b>O PRODUTO DEVE TER A QUALIDADE CORRESPONDENTE AOS PRODUTOS REFERENCIADOS.</b></p> <p><b>VALIDADE MÍNIMA DE 10 MESES NA DATA DA ENTREGA</b></p>	<p><b>MELITTA TRADICIONAL</b></p> <p><b>3 CORAÇÕES TRADICIONAL</b></p>
7	<p><b>BISCOITO TIPO ROSQUINHA DE COCO</b></p> <p>COMPOSIÇÃO: AÇÚCAR, GORDURA VEGETAL, AÇÚCAR LÍQUIDO INVERTIDO, FARINHA DE TRIGO ENRIQUECIDA COM FERRO E ÁCIDO FÓLICO, SAL, COCO RALADO, FERMENTO QUÍMICO: (BICARBONATO DE SÓDIO, BICARBONATO DE AMÔNIO E PIROFOSFATO ÁCIDO DE SÓDIO), EMULSIFICANTE (LECITINA DE SOJA), AROMATIZANTES</p> <p><b>DEVE POSSUIR NO MÍNIMO O PADRÃO DE QUALIDADE DA MARCA REFERENCIADA</b></p> <p><b>INFORMAÇÃO NUTRICIONAL DEVE OBRIGATORIAMENTE SER IMPRESSA NA EMBALAGEM</b></p> <p>LEGISLAÇÃO: E SUAS CONDIÇÕES DEVERÃO ESTAR DE ACORDO COM A RDC 12/01, RDC 259/02, RDC 360 /03, RDC 344/02, RDC 263/05 E ALTERAÇÕES POSTERIORES.</p> <p><b>PRODUTO SUJEITO A VERIFICAÇÃO NO ATO DA ENTREGA AOS PROCEDIMENTOS ADMINISTRATIVOS DETERMINADOS PELA ANVISA.</b></p> <p><b>AS ESPECIFICAÇÕES DO PRODUTO DEVEM FAZER PARTE DA EMBALAGEM, NÃO SE ADMITINDO ADESIVOS.</b></p> <p><b>O PRODUTO DEVE TER A QUALIDADE CORRESPONDENTE AOS PRODUTOS REFERENCIADOS.</b></p>	<p><b>MABEL</b></p>

	<b>VALIDADE MÍNIMA DE 05 MESES NA DATA DA ENTREGA</b>	
8	<p align="center"><b>ADOÇANTE</b></p> <p>COMPOSIÇÃO: ÁGUA, SORBITOL, EDUCORANTES: SUCRALOSE E ACESULFAME-K, CONSERVADORES: ÁCIDO BENZÓICO E BENZOATO DE SÓDIO, ACIDULANTE: ÁCIDO CÍTRICO E REGULADOR DE ACIDEZ: CITRATO DE SÓDIO.</p> <p><b>DEVE POSSUIR NO MÍNIMO O PADRÃO DE QUALIDADE DA MARCA REFERENCIADA</b></p> <p><b>INFORMAÇÃO NUTRICIONAL DEVE OBRIGATORIAMENTE SER IMPRESSA NA EMBALAGEM</b></p> <p><b>PRODUTO SUJEITO A VERIFICAÇÃO NO ATO DA ENTREGA AOS PROCEDIMENTOS ADMINISTRATIVOS DETERMINADOS PELA ANVISA.</b></p> <p><b>AS ESPECIFICAÇÕES DO PRODUTO DEVEM FAZER PARTE DA EMBALAGEM, NÃO SE ADMITINDO ADESIVOS.</b></p> <p><b>O PRODUTO DEVE TER A QUALIDADE CORRESPONDENTE AOS PRODUTOS REFERENCIADOS.</b></p> <p><b>VALIDADE MÍNIMA DE 36 MESES NA DATA DA ENTREGA</b></p>	<b>ZERO-CAL</b>
9	<p align="center"><b>TORRADA INTEGRAL</b></p> <p>COMPOSIÇÃO: FARINHA DE TRIGO INTEGRAL, FARINHA DE TRIGO ENRIQUECIDA COM FERRO E ÁCIDO FÓLICO, GORDURA VEGETAL, AÇÚCAR, GLÚTEN, SAL, EXTRATO DE MALTE E AROMATIZANTE. CONTÉM GLÚTEN</p> <p><b>DEVE POSSUIR NO MÍNIMO O PADRÃO DE QUALIDADE DA MARCA REFERENCIADA</b></p> <p><b>INFORMAÇÃO NUTRICIONAL DEVE OBRIGATORIAMENTE SER IMPRESSA NA EMBALAGEM</b></p> <p><b>PRODUTO SUJEITO A VERIFICAÇÃO NO ATO DA ENTREGA AOS PROCEDIMENTOS ADMINISTRATIVOS DETERMINADOS PELA ANVISA.</b></p> <p><b>AS ESPECIFICAÇÕES DO PRODUTO DEVEM FAZER PARTE DA EMBALAGEM, NÃO SE ADMITINDO ADESIVOS.</b></p> <p><b>O PRODUTO DEVE TER A QUALIDADE CORRESPONDENTE AOS PRODUTOS REFERENCIADOS.</b></p> <p><b>VALIDADE MÍNIMA DE 06 MESES NA DATA DA ENTREGA</b></p>	<b>BAUDUCCO</b>
10	<p align="center"><b>LEITE EM PÓ</b></p> <p>COMPOSIÇÃO: <b>LEITE INTEGRAL</b>, MINERAIS: CÁLCIO (CARBONATO DE CÁLCIO) FERRO (PIROFOSFATO FÉRRICO) E ZINCO (SULFATO DE ZINCO) E VITAMINAS: VITAMINA C (ASCORBATO DE SÓDIO), VITAMINA E (ACETATO DE D,L - ALFA TECOFERILA), VITAMINA A (ACETATO DE RETINILA) E VITAMINA D (COLECALCIFEROL).</p> <p><b>DEVE POSSUIR NO MÍNIMO O PADRÃO DE QUALIDADE DA MARCA REFERENCIADA</b></p> <p><b>INFORMAÇÃO NUTRICIONAL DEVE OBRIGATORIAMENTE SER IMPRESSA NA EMBALAGEM</b></p> <p><b>PRODUTO SUJEITO A VERIFICAÇÃO NO ATO DA ENTREGA AOS PROCEDIMENTOS ADMINISTRATIVOS DETERMINADOS PELA ANVISA.</b></p> <p><b>AS ESPECIFICAÇÕES DO PRODUTO DEVEM FAZER PARTE DA EMBALAGEM, NÃO SE ADMITINDO ADESIVOS.</b></p> <p><b>O PRODUTO DEVE TER A QUALIDADE CORRESPONDENTE AOS PRODUTOS REFERENCIADOS.</b></p> <p><b>VALIDADE MÍNIMA DE 06 MESES NA DATA DA ENTREGA</b></p>	<b>NINHO</b>
	<p align="center"><b>LEITE FLUIDO</b></p> <p>COMPOSIÇÃO: <b>LEITE INTEGRAL</b>, VITAMINAS A, C e D, MINERAIS: FERRO E ZINCO.</p>	

11	<p><b>DEVE POSSUIR NO MÍNIMO O PADRÃO DE QUALIDADE DA MARCA REFERENCIADA</b></p> <p><b>INFORMAÇÃO NUTRICIONAL DEVE OBRIGATORIAMENTE SER IMPRESSA NA EMBALAGEM, NO MÍNIMO 3% NO TEOR DE GORDURA</b></p> <p><b>LPRODUTO SUJEITO A VERIFICAÇÃO NO ATO DA ENTREGA AOS PROCEDIMENTOS ADMINISTRATIVOS DETERMINADOS PELA ANVISA.</b></p> <p><b>AS ESPECIFICAÇÕES DO PRODUTO DEVEM FAZER PARTE DA EMBALAGEM, NÃO SE ADMITINDO ADESIVOS.</b></p> <p><b>O PRODUTO DEVE TER A QUALIDADE CORRESPONDENTE AOS PRODUTOS REFERENCIADOS.</b></p> <p><b>VALIDADE MÍNIMA DE 05 MESES NA DATA DA ENTREGA</b></p>	<p><b>ITAMBÉ</b></p> <p><b>PARMALAT</b></p>
12	<p><b>MANTEIGA</b></p> <p>CREME DE LEITE PASTEURIZADO, <u>COM SAL</u>, E CORANTE NATURAL DE URUCUM</p> <p><b>DEVE POSSUIR NO MÍNIMO O PADRÃO DE QUALIDADE DAS MARCAS REFERENCIADAS</b></p> <p>TRANSPORTADA E CONSERVADA A UMA TEMPERATURA NÃO SUPERIOR A 16°C, EMBALAGEM PRIMARIA POTE PLÁSTICO ATÓXICO E LACRADO, EMBALAGEM SECUNDARIA CAIXA DE PAPELÃO REFORÇADA. CONDIÇÕES DEVEM AO ESTAR DE ACORDO COM A RDC 331/19, IN 60/19 (ANVISA), RDC 259/02, RDC 360/03 , IN 66/19(MAPA) E ALTERACOES POSTERIORES.</p> <p><b>PRODUTO SUJEITO A VERIFICAÇÃO NO ATO DA ENTREGA AOS PROCEDIMENTOS ADMINISTRATIVOS DETERMINADOS PELA ANVISA E MAPA.</b></p> <p><b>AS ESPECIFICAÇÕES DO PRODUTO DEVEM FAZER PARTE DA EMBALAGEM ORIGINAL, NÃO SE ADMITINDO ADESIVOS.</b></p> <p><b>O PRODUTO DEVE TER A QUALIDADE CORRESPONDENTE AOS PRODUTOS REFERENCIADOS.</b></p> <p><b>VALIDADE MINIMA DE 10 MESES NA DATA DA ENTREGA</b></p>	<p><b>ITALAC</b></p> <p><b>TEIXEIRA</b></p>
13	<p><b>REQUEIJÃO CREMOSO</b></p> <p>COMPOSIÇÃO: CREME DE LEITE, MASSA COALHADA (LEITE PASTEURIZADO, FERMENTO LÁCTEO, cloreto de cálcio e coagulante), manteiga, cloreto de sódio (sal), estabilizantes (difosfato tetrassódico e polifosfato de sódio), regulador de acidez (ácido cítrico) e conservadores (sorbato de potássio e nisina)</p> <p><b>DEVE POSSUIR NO MÍNIMO O PADRÃO DE QUALIDADE DA MARCA REFERENCIADA</b></p> <p><b>INFORMAÇÃO NUTRICIONAL DEVE OBRIGATORIAMENTE SER IMPRESSA NA EMBALAGEM</b></p> <p>LEGISLACAO: E SUAS CONDICÕES DEVERAO ESTAR DE ACORDO COM A RDC 12/01, RDC 259/02, RDC 360 /03, RDC 344/02, RDC 263/05 E ALTERACOES POSTERIORES.</p> <p><b>PRODUTO SUJEITO A VERIFICAÇÃO NO ATO DA ENTREGA AOS PROCEDIMENTOS ADMINISTRATIVOS DETERMINADOS PELA ANVISA.</b></p> <p><b>AS ESPECIFICAÇÕES DO PRODUTO DEVEM FAZER PARTE DA EMBALAGEM, NÃO SE ADMITINDO ADESIVOS.</b></p> <p><b>O PRODUTO DEVE TER A QUALIDADE CORRESPONDENTE AOS PRODUTOS REFERENCIADOS.</b></p> <p><b>VALIDADE MÍNIMA DE 05 MESES NA DATA DA ENTREGA</b></p>	<p><b>TIROLEZ</b></p>
	<p><b>ACHOCOLATADO EM FLOCOS</b></p> <p>COMPOSIÇÃO: AÇÚCAR, EXTRATO DE MALTE, GLUCOSE, CACAU EM PÓ, SORO DE LEITE EM PÓ, LEITE EM PÓ INTEGRAL, OVO EM PÓ, SAL, VITAMINAS (NIACINA, E, ACIDO PANTOTÊNICO, B6, B1, B2, ÁCIDO FÓLICO, D, B12), MINERAIS ( CÁLCIO, FERRO, ZINCO, MAGNÉSIO, MANGANES, IODO), CANELA EM PÓ, ANTITUMECTANTE CARBONATO DE SÓDIO, EMULSIFICANTE, LECITINA DE SOJA E AROMATIZANTE.</p> <p><b>CONTÉM GLUTEN</b></p> <p><b>DEVE POSSUIR NO MÍNIMO O PADRÃO DE QUALIDADE DA MARCA REFERENCIADA</b></p>	

14	<p><b>INFORMAÇÃO NUTRICIONAL DEVE OBRIGATORIAMENTE SER IMPRESSA NA EMBALAGEM</b></p> <p>LEGISLAÇÃO: E SUAS CONDIÇÕES DEVERÃO ESTAR DE ACORDO COM A RDC 12/01, RDC 259/02, RDC 360/03, RDC 344/02, RDC 263/05 E ALTERAÇÕES POSTERIORES.</p> <p><b>PRODUTO SUJEITO A VERIFICAÇÃO NO ATO DA ENTREGA AOS PROCEDIMENTOS ADMINISTRATIVOS DETERMINADOS PELA ANVISA.</b></p> <p><b>AS ESPECIFICAÇÕES DO PRODUTO DEVEM FAZER PARTE DA EMBALAGEM, NÃO SE ADMITINDO ADESIVOS.</b></p> <p><b>O PRODUTO DEVE TER A QUALIDADE CORRESPONDENTE AOS PRODUTOS REFERENCIADOS.</b></p> <p><b>VALIDADE MÍNIMA DE 06 MESES NA DATA DA ENTREGA</b></p>	OVOMALTINE
15	<p><b>ÓLEO DE SOJA</b></p> <p>COMPOSIÇÃO: ÓLEO DE SOJA, ANTIOXIDANTES TBHQ, ÁCIDO CÍTRICO</p> <p><b>DEVE POSSUIR NO MÍNIMO O PADRÃO DE QUALIDADE DA MARCA REFERENCIADA</b></p> <p><b>INFORMAÇÃO NUTRICIONAL DEVE OBRIGATORIAMENTE SER IMPRESSA NA EMBALAGEM</b></p> <p><b>PRODUTO SUJEITO A VERIFICAÇÃO NO ATO DA ENTREGA AOS PROCEDIMENTOS ADMINISTRATIVOS DETERMINADOS PELA ANVISA.</b></p> <p><b>AS ESPECIFICAÇÕES DO PRODUTO DEVEM FAZER PARTE DA EMBALAGEM, NÃO SE ADMITINDO ADESIVOS.</b></p> <p><b>O PRODUTO DEVE TER A QUALIDADE CORRESPONDENTE AOS PRODUTOS REFERENCIADOS.</b></p> <p><b>VALIDADE MÍNIMA DE 06 MESES NA DATA DA ENTREGA</b></p>	SOYA LIZA
16	<p><b>AZEITE DE OLIVA</b></p> <p>COMPOSIÇÃO: AZEITE DE OLIVA REFINADO E AZEITE DE OLIVA VIRGEM</p> <p><b>DEVE POSSUIR NO MÍNIMO O PADRÃO DE QUALIDADE DA MARCA REFERENCIADA</b></p> <p><b>INFORMAÇÃO NUTRICIONAL DEVE OBRIGATORIAMENTE SER IMPRESSA NA EMBALAGEM</b></p> <p><b>PRODUTO SUJEITO A VERIFICAÇÃO NO ATO DA ENTREGA AOS PROCEDIMENTOS ADMINISTRATIVOS DETERMINADOS PELA ANVISA.</b></p> <p><b>AS ESPECIFICAÇÕES DO PRODUTO DEVEM FAZER PARTE DA EMBALAGEM, NÃO SE ADMITINDO ADESIVOS.</b></p> <p><b>O PRODUTO DEVE TER A QUALIDADE CORRESPONDENTE AOS PRODUTOS REFERENCIADOS.</b></p> <p><b>VALIDADE MÍNIMA DE 05 MESES NA DATA DA ENTREGA</b></p>	GALLO ANDORINHA
17	<p><b>VINAGRE</b></p> <p>COMPOSIÇÃO: FERMENTADO ACÉTICO DE MAÇA, ÁGUA E CONSERVANTE INS224, ACIDEZ 4,0%</p> <p><b>DEVE POSSUIR NO MÍNIMO O PADRÃO DE QUALIDADE DA MARCA REFERENCIADA</b></p> <p><b>INFORMAÇÃO NUTRICIONAL DEVE OBRIGATORIAMENTE SER IMPRESSA NA EMBALAGEM</b></p> <p>LEGISLAÇÃO: E SUAS CONDIÇÕES DEVERÃO ESTAR DE ACORDO COM A RDC 12/01, RDC 259/02, RDC 360/03, RDC 344/02, RDC 263/05 E ALTERAÇÕES POSTERIORES.</p> <p><b>PRODUTO SUJEITO A VERIFICAÇÃO NO ATO DA ENTREGA AOS PROCEDIMENTOS ADMINISTRATIVOS DETERMINADOS PELA ANVISA.</b></p>	CASTELO

	<p><b>AS ESPECIFICAÇÕES DO PRODUTO DEVEM FAZER PARTE DA EMBALAGEM, NÃO SE ADMITINDO ADESIVOS.</b></p> <p><b>O PRODUTO DEVE TER A QUALIDADE CORRESPONDENTE AOS PRODUTOS REFERENCIADOS.</b></p> <p><b>VALIDADE MÍNIMA DE 05 MESES NA DATA DA ENTREGA</b></p>	
18	<p><b>PAÇOCA RETANGULAR</b></p> <p>COMPOSIÇÃO: AMENDOIM TORRADO E MOÍDO, AÇÚCAR E SAL</p> <p><b>DEVE POSSUIR NO MÍNIMO O PADRÃO DE QUALIDADE DA MARCA REFERENCIADA</b></p> <p><b>INFORMAÇÃO NUTRICIONAL DEVE OBRIGATORIAMENTE SER IMPRESSA NA EMBALAGEM</b></p> <p><b>PRODUTO SUJEITO A VERIFICAÇÃO NO ATO DA ENTREGA AOS PROCEDIMENTOS ADMINISTRATIVOS DETERMINADOS PELA ANVISA.</b></p> <p><b>AS ESPECIFICAÇÕES DO PRODUTO DEVEM FAZER PARTE DA EMBALAGEM, NÃO SE ADMITINDO ADESIVOS.</b></p> <p><b>O PRODUTO DEVE TER A QUALIDADE CORRESPONDENTE AOS PRODUTOS REFERENCIADOS.</b></p> <p><b>VALIDADE MÍNIMA DE 06 MESES NA DATA DA ENTREGA</b></p>	SANTA HELENA
19	<p><b>CHÁ MATE</b></p> <p>COMPOSIÇÃO: FOLHAS E TALOS DE ERVA-MATE TOSTADA (ILEX PARAGUARIENSIS ST. HIL), SEMENTE DE GUARANÁ (PAULLINIA CUPANA L.) E AROMATIZANTE</p> <p><b>DEVE POSSUIR NO MÍNIMO O PADRÃO DE QUALIDADE DA MARCA REFERENCIADA</b></p> <p><b>INFORMAÇÃO NUTRICIONAL DEVE OBRIGATORIAMENTE SER IMPRESSA NA EMBALAGEM</b></p> <p><b>PRODUTO SUJEITO A VERIFICAÇÃO NO ATO DA ENTREGA AOS PROCEDIMENTOS ADMINISTRATIVOS DETERMINADOS PELA ANVISA.</b></p> <p><b>AS ESPECIFICAÇÕES DO PRODUTO DEVEM FAZER PARTE DA EMBALAGEM, NÃO SE ADMITINDO ADESIVOS.</b></p> <p><b>O PRODUTO DEVE TER A QUALIDADE CORRESPONDENTE AOS PRODUTOS REFERENCIADOS.</b></p> <p><b>VALIDADE MÍNIMA DE 06 MESES NA DATA DA ENTREGA</b></p>	MATTE LEÃO

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Setor de Logística do 6º BPM-I	BRUNO SOARES RODRIGUES

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

Os requisitos da contratação abrangem o seguinte:

- a) Os materiais devem atender aos requisitos mínimos de utilidade, resistência e segurança e atender às normas técnicas aplicáveis ao objeto e divulgadas por órgãos oficiais competentes;
- b) A contratada deverá entregar o material, quando da solicitação da Contratante, em remessa única, no endereço especificado no instrumento convocatório conforme o Termo de Referência;
- c) Todas as especificações do objeto contidas na proposta devem ser fielmente observadas pela empresa fornecedora, sob pena de devolução dos bens e aplicação das sanções legais correlatas;

d) Os materiais entregues deverão possuir a data de fabricação recente e observar o prazo mínimo de validade inserida na tabela de descrição do objeto, o qual deve ser considerado a contar da entrega.

## 5. Levantamento de Mercado

Trata-se de gêneros alimentícios para fornecimento de alimentação intermediária às refeições aos militares contribuinte sdo Programa FEPOM COPA disciplinado pelas I-34-PM.

Nessa esteira, adota-se como solução mais viável para a aquisição do objeto a licitação por meio de pregão eletrônico, uma vez que a aquisição será realizada por meio de verba específica de Fundo Especial de Despesa previamente disponibilizada, a qual se destina à aquisição de insumos para um período de 06 (seis) meses.

As pesquisas de mercado apontaram os bens insertos na planilha de descrição do objeto, na qual consta, ademais, a referência de marca, como sendo aqueles que melhor atendem os critérios de qualidade para os militares contribuintes.

## 6. Descrição da solução como um todo

A solução para a demanda é a aquisição de gêneros alimentícios com emprego de verba oriunda do Fundo Especial de Despesa disciplinado pelas I-34-PM, programa FEPOM COPA.

## 7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

A estimativa de contratação decorre de planejamento e estudo sobre contratações a média de consumo anterior, considerando, contudo, a verba disponível para aquisição:

ITEM	DESCRIÇÃO <u>RESUMIDA</u> DO OBJETO <u>ATENÇÃO PARA DESCRIÇÃO COMPLETA NA TABELA ABAIXO</u>	CÓD. 1	CÓD. 2	UNID. FORN.	QTDD	VLR UNIT.	VLR TOTAL
1	MARGARINA	463699	4595777	POTE 500g	101	R\$ 7,69	R\$ 776,69
2	AÇÚCAR REFINADO	463994	4428692	PCTE 1 kg	166	R\$ 4,95	R\$ 821,70
3	BISCOITO SALGADO ÁGUA E GERGELIM	217130	1314645	PCTE 215g	180	R\$ 6,35	R\$ 1.143,00
4	BISCOITO WAFER SAVOR CHOCOLATE	255866	4581954	PCTE 140g	111	R\$ 4,95	R\$ 549,45
5	BISCOITO DOCE TIPO MAIZENA	605938	4577213	PCTE 170g	91	R\$ 3,77	R\$ 343,07
6	CAFÉ TRADICIONAL	463587	5410762	PCTE 500g	385	R\$ 35,99	R\$ 13.856,15
7	BISCOITO DOCE ROSQUINHA DE COCO	245803	4577159	PCTE 500g	191	R\$ 7,99	R\$ 1.526,09
8	ADOÇANTE	353156	4620062	FRASCO 100ml	14	R\$ 5,92	R\$ 82,88
9	TORRADA INTEGRAL	467288	4575369	PCTE 142g	130	R\$ 5,29	R\$ 687,70
10	LEITE EM PÓ	446019	1226924	PCTE 400g	87	R\$ 18,00	R\$ 1.566,00
11	LEITE INTEGRAL	445995	4296443	CAIXA 1lt	204	R\$ 5,55	R\$ 1.132,20
12	MANTEIGA	446393	1312944	POTE 500g	60	R\$ 26,50	R\$ 1.590,00
13	REQUEIJÃO CREMOSO	216793	1259890	COPO 200g	68	R\$ 8,03	R\$ 546,04
14	ACHOCOLATADO EM FLOCOS	463548	4518632	PCTE 300g	12	R\$ 14,80	R\$ 177,60
15	ÓLEO DE SOJA	463692	1324098	EMB. 900ml	62	R\$ 7,89	R\$ 489,18
16	AZEITE DE OLIVA	463696	5659590	EMB. 500ml	26	R\$ 34,00	R\$ 884,00
17	VINAGRE	340581	4611870	EMB. 750ml	1	R\$ 5,19	R\$ 5,19
18	PAÇOCA RETANGULAR	465663	5300355	POTE 1kg	14	R\$ 15,02	R\$ 210,28
19	MOLHO PIMENTA	241553	2446944	FRASCO 150ml	24	R\$ 5,39	R\$ 129,36
VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO							R\$ 27.008,18



**ATENÇÃO: Descrição do produto completa está anexada ao presente documento e deve ser fielmente observada para o fornecimento do serviço sob pena de não recebimento, devolução e/ou aplicação de multa e demais sanções legais correspondentes.**

ITEM	<p align="center"><b>DESCRIÇÃO COMPLETA DO OBJETO</b></p> <p><b><u>ATENÇÃO: OS PRODUTOS QUE NÃO ATENDEREM ÀS ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS AQUI DESCRITAS SERÃO DEVOLVIDOS.</u></b></p>	<p align="center"><b>MARCA REFERENCIAL</b></p> <p align="center"><b>art. 41, I, "d", Lei 14.133/21</b></p>
1	<p align="center"><b>MARGARINA</b></p> <p>CREME 100% VEGETAL, <b><u>COM SAL</u></b>, CONTENDO ÓLEOS VEGETAIS, VITAMINAS A, D, B6 e B12.</p> <p><b>DEVE POSSUIR NO MÍNIMO O PADRÃO DE QUALIDADE DAS MARCAS REFERENCIADAS</b> TRANSPORTADA E CONSERVADA A UMA TEMPERATURA NÃO SUPERIOR A 16°C, EMBALAGEM PRIMARIA POTE PLÁSTICO ATÓXICO E LACRADO, EMBALAGEM SECUNDARIA CAIXA DE PAPELÃO REFORÇADA. CONDIÇÕES DEVEM AO ESTAR DE ACORDO COM A RDC 331/19, IN 60/19 (ANVISA), RDC 259/02, RDC 360/03 , IN 66/19(MAPA) E ALTERACOES POSTERIORES.</p> <p align="center"><b>PRODUTO SUJEITO A VERIFICAÇÃO NO ATO DA ENTREGA AOS PROCEDIMENTOS ADMINISTRATIVOS DETERMINADOS PELA ANVISA E MAPA.</b></p> <p align="center"><b>AS ESPECIFICAÇÕES DO PRODUTO DEVEM FAZER PARTE DA EMBALAGEM ORIGINAL, NÃO SE ADMITINDO ADESIVOS.</b></p> <p align="center"><b>O PRODUTO DEVE TER A QUALIDADE CORRESPONDENTE AOS PRODUTOS REFERENCIADOS.</b></p> <p align="center"><b>VALIDADE MINIMA DE 10 MESES NA DATA DA ENTREGA</b></p>	<p align="center"><b>DORIANA</b></p>
2	<p align="center"><b>AÇUCAR REFINADO</b></p> <p>OBTIDO A PARTIR DO CALDO DA CANA DE AÇUCAR, COM ASPECTO, COR E ODOR CARACTERÍSTICOS E SABOR DOCE, NÃO PODENDO APRESENTAR SUJIDADES, PARASITAS E LARVAS. <b><u>DEVE POSSUIR NO MÍNIMO O PADRÃO DE QUALIDADE DAS MARCAS REFERENCIADAS</u></b> EMBALAGEM PRIMÁRIA PLÁSTICA ATÓXICA DEVIDAMENTE LACRADA. CONDIÇÕES DO PRODUTO DEVERÃO ESTAR DE ACORDO COM A RESOLUCAO RDC 271/05, RDC 12/01, RDC 259/02, RDC 360/03 E ALTERAÇÕES POSTERIORES.</p> <p align="center"><b>PRODUTO SUJEITO A VERIFICAÇÃO NO ATO DA ENTREGA AOS PROCEDIMENTOS ADMINISTRATIVOS DETERMINADOS PELA ANVISA.</b></p> <p align="center"><b>AS ESPECIFICAÇÕES DO PRODUTO DEVEM FAZER PARTE DA EMBALAGEM, NÃO SE ADMITINDO ADESIVOS.</b></p> <p align="center"><b>O PRODUTO DEVE TER A QUALIDADE CORRESPONDENTE AOS PRODUTOS REFERENCIADOS.</b></p> <p align="center"><b>VALIDADE MÍNIMA DE 10 MESES NA DATA DA ENTREGA</b></p>	<p align="center"><b>UNIÃO</b></p> <p align="center"><b>DA BARRA</b></p>
	<p align="center"><b>BISCOITO DE ÁGUA E GERGELIM</b></p> <p>COMPOSTO DE FARINHA DE TRIGO ENRIQUECIDA COM FERRO E ÁCIDO FÓLICO, GORDURA VEGETAL, GERGELIM, EXTRATO DE MALTE, SAL, EMULSIFICANTE LECITINA DE SOJA, FERMENTO QUÍMICO, BICARBONATO DE SÓDIO E MELHORADOR DE FARINHA, METABISSULFITO DE SÓDIO. ESPÉCIES DOADORAS DO GENE DA LECITINA DE SOJA: AGROBACTERIUM TUMEFACIENS, ARABIDOPSIS THALIANA. A MASSA DEVE SER CROCANTE.</p> <p align="center"><b>DEVE POSSUIR NO MÍNIMO O PADRÃO DE QUALIDADE DA MARCA REFERENCIADA.</b></p> <p align="center"><b>INFORMAÇÃO NUTRICIONAL DEVE OBRIGATORIAMENTE SER IMPRESSA NA EMBALAGEM:</b> <b>MÁXIMO DE 210 mg de SÓDIO por 30 g.</b></p>	

3	<p>LEGISLAÇÃO E SUAS CONDIÇÕES DEVERÃO ESTAR DE ACORDO COM A RESOLUÇÃO RDC 263/05, RDC360 /03, RDC 12/01, RDC 259/02, RDC 14/14 E ALTERAÇÕES POSTERIORES.</p> <p><b>PRODUTO SUJEITO A VERIFICAÇÃO NO ATO DA ENTREGA AOS PROCEDIMENTOS ADMINISTRATIVOS DETERMINADOS PELA ANVISA.</b></p> <p><b>AS ESPECIFICAÇÕES DO PRODUTO DEVEM FAZER PARTE DA EMBALAGEM, NÃO SE ADMITINDO ADESIVOS.</b></p> <p><b>O PRODUTO DEVE TER A QUALIDADE CORRESPONDENTE AOS PRODUTOS REFERENCIADOS.</b></p> <p><b>VALIDADE MÍNIMA DE 05 MESES NA DATA DA ENTREGA</b></p>	PIRAQUÊ
4	<p><b>BISCOITO WAFER SABOR CHOCOLATE</b></p> <p>BISCOITO COM RECHEIO SABOR DE CHOCOLATE COM AVELÃ</p> <p><b>FORMATO RETANGULAR COM NO MÍNIMO 03 (TRÊS) CAMADAS DE RECHEIO E MASSA CROCANTE ( <u>A EMBALAGEM DEVE INFORMAR QUE O SABOR É DE CHOCOLATE</u>)</b></p> <p>COMPOSICAO: AÇÚCAR, GORDURA VEGETAL, FARINHA DE TRIGO ENRIQUECIDA COM FERRO E ÁCIDO FÓLICO, CACAU EM PÓ, AMIDO, ÓLEO DE MILHO, SAL, EMULSIFICANTE: LECITINA DE SOJA, AROMATIZANTE E FERMENTO QUÍMICO: BICARBONATO DE SÓDIO.</p> <p><b>DEVE POSSUIR NO MÍNIMO O PADRÃO DE QUALIDADE DA MARCA REFERENCIADA</b></p> <p><b>INFORMAÇÃO NUTRICIONAL DEVE OBRIGATORIAMENTE SER IMPRESSA NA EMBALAGEM:</b>  <b>MÁXIMO 40 mg de SÓDIO (2%) por porção de 30g.</b>  <b>GORDURA TRANS 0%</b></p> <p>EMBALAGEM PRIMARIA: EMBALAGEM PRIMARIA FILME BOPP METALIZADO, ATOXICO E LACRADO.</p> <p>LEGISLACAO: E SUAS CONDICÕES DEVERAO ESTAR DE ACORDO COM A RDC 12/01, RDC 259/02, RDC 360 /03, RDC 344/02, RDC 263/05 E ALTERACOES POSTERIORES.</p> <p><b>PRODUTO SUJEITO A VERIFICAÇÃO NO ATO DA ENTREGA AOS PROCEDIMENTOS ADMINISTRATIVOS DETERMINADOS PELA ANVISA.</b></p> <p><b>AS ESPECIFICAÇÕES DO PRODUTO DEVEM FAZER PARTE DA EMBALAGEM, NÃO SE ADMITINDO ADESIVOS.</b></p> <p><b>O PRODUTO DEVE TER A QUALIDADE CORRESPONDENTE AOS PRODUTOS REFERENCIADOS.</b></p> <p><b>VALIDADE MÍNIMA DE 05 MESES NA DATA DA ENTREGA</b></p>	BAUDUCCO
5	<p><b>BISCOITO DE MAIZENA</b></p> <p>COMPOSIÇÃO: AÇÚCAR, GORDURA VEGETAL AÇÚCAR INVERTIDO, FARINHA DE TRIGO ENRIQUECIDA COM FERRO E ÁCIDO FÓLICO, AMIDO, EXTRATO DE MALTE, SAL, FERMENTO QUÍMICO: (BICARBONATO DE SÓDIO E BICARBONATO DE AMÔNIO), EMULSIFICANTE (LECITINA DE SOJA), AROMATIZANTES E MELHORADOR DE FARINHA (METABISSULFITO DE SÓDIO).</p> <p><b>DEVE POSSUIR NO MÍNIMO O PADRÃO DE QUALIDADE DA MARCA REFERENCIADA</b></p> <p><b>INFORMAÇÃO NUTRICIONAL DEVE OBRIGATORIAMENTE SER IMPRESSA NA EMBALAGEM:</b>  <b>GORDURA TRANS 0%</b></p> <p>EMBALAGEM PRIMARIA: EMBALAGEM PRIMARIA FILME BOPP METALIZADO, ATOXICO E LACRADO.</p> <p>LEGISLACAO: E SUAS CONDICÕES DEVERAO ESTAR DE ACORDO COM A RDC 12/01, RDC 259/02, RDC 360 /03, RDC 344/02, RDC 263/05 E ALTERACOES POSTERIORES.</p>	BAUDUCCO

	<p><b>PRODUTO SUJEITO A VERIFICAÇÃO NO ATO DA ENTREGA AOS PROCEDIMENTOS ADMINISTRATIVOS DETERMINADOS PELA ANVISA.</b></p> <p><b>AS ESPECIFICAÇÕES DO PRODUTO DEVEM FAZER PARTE DA EMBALAGEM, NÃO SE ADMITINDO ADESIVOS.</b></p> <p><b>O PRODUTO DEVE TER A QUALIDADE CORRESPONDENTE AOS PRODUTOS REFERENCIADOS.</b></p> <p><b>VALIDADE MÍNIMA DE 05 MESES NA DATA DA ENTREGA</b></p>	
6	<p><b>CAFÉ TRADICIONAL</b></p> <p>TORRA CLÁSSICA, MOAGEM MÉDIA, <b>INTENSIDADE 8 (A INFORMAÇÃO DA INTENSIDADE DEVE OBRIGATORIAMENTE ESTAR IMPRESSA NA EMBALAGEM).</b></p> <p>NÍVEL DE QUALIDADE 5 (CINCO) OU SUPERIOR NA CLASSIFICAÇÃO ABIC (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DA INDÚSTRIA DE CAFÉ), DE UMA PONTUAÇÃO QUE VARIA DE 0 A 10.</p> <p><b>DEVE POSSUIR NO MÍNIMO O PADRÃO DE QUALIDADE DAS MARCAS REFERENCIADAS</b></p> <p><b>DEVE POSSUIR CERTIFICADO DE PUREZA E QUALIDADE DA ABIC PARA CAFÉ TRADICIONAL.</b></p> <p><b>DEVER SER IMPRESSO NA EMBALAGEM, NÃO SE ADMITINDO ETIQUETA ADESIVA COM A CERTIFICAÇÃO. NÃO BASTA CONTAR A CERTIFICAÇÃO NA EMBALAVEM, POIS O RECEBIMENTO ESTÁ SUJEITO À CONFERÊNCIA DA CERTIFICAÇÃO.</b></p> <p>EMBALAGEM DO CAFE: COM EMBALAGEM PRIMARIA ALTO VÁCUO (TIJOLINHO) E EMBALAGEM SECUNDARIA CAIXA DE PAPEL CARTÃO; ROTULAGEM DO CAFÉ: ROTULAGEM IMPRESSA NA EMBALAGEM SECUNDARIA; ROTULAGEM I DO CAFE: NAO SENDO TOLERADA A PRESENÇA DE ETIQUETA AUTO ADESIVA COM A DESCRICAO DO PRODUTO.</p> <p><b>CONSTITUIDO DE CAFÉ ATÉ TIPO 2 A 8 NA CLASSIFICACAO OFICIAL BRASILEIRA-COB.</b></p> <p>GRAU DE IMPUREZA DO CAFÉ: IMPUREZAS (CASCA E PAUS) EM G/100G MAXIMA DE 1%; UMIDADE DO CAFE: E UMIDADE EM G/100G MAXIMA DE 5%; LEGISLAÇÃO: OBEDECENDO RESOLUCAO SAA-19, DE 05/04 /2010.</p> <p><b>PRODUTO SUJEITO A VERIFICAÇÃO NO ATO DA ENTREGA AOS PROCEDIMENTOS ADMINISTRATIVOS DETERMINADOS PELA ANVISA.</b></p> <p><b>AS ESPECIFICAÇÕES DO PRODUTO DEVEM FAZER PARTE DA EMBALAGEM, NÃO SE ADMITINDO ADESIVOS.</b></p> <p><b>O PRODUTO DEVE TER A QUALIDADE CORRESPONDENTE AOS PRODUTOS REFERENCIADOS.</b></p> <p><b>VALIDADE MÍNIMA DE 10 MESES NA DATA DA ENTREGA</b></p>	<p><b>MELITTA TRADICIONAL</b></p> <p><b>3 CORAÇÕES TRADICIONAL</b></p>
7	<p><b>BISCOITO TIPO ROSQUINHA DE COCO</b></p> <p>COMPOSIÇÃO: AÇÚCAR, GORDURA VEGETAL, AÇÚCAR LÍQUIDO INVERTIDO, FARINHA DE TRIGO ENRIQUECIDA COM FERRO E ÁCIDO FÓLICO, SAL, COCO RALADO, FERMENTO QUÍMICO: (BICARBONATO DE SÓDIO, BICARBONATO DE AMÔNIO E PIROFOSFATO ÁCIDO DE SÓDIO), EMULSIFICANTE (LECITINA DE SOJA), AROMATIZANTES</p> <p><b>DEVE POSSUIR NO MÍNIMO O PADRÃO DE QUALIDADE DA MARCA REFERENCIADA</b></p> <p><b>INFORMAÇÃO NUTRICIONAL DEVE OBRIGATORIAMENTE SER IMPRESSA NA EMBALAGEM</b></p> <p>LEGISLACAO: E SUAS CONDICÕES DEVERAO ESTAR DE ACORDO COM A RDC 12/01, RDC 259/02, RDC 360 /03, RDC 344/02, RDC 263/05 E ALTERACOES POSTERIORES.</p> <p><b>PRODUTO SUJEITO A VERIFICAÇÃO NO ATO DA ENTREGA AOS PROCEDIMENTOS ADMINISTRATIVOS DETERMINADOS PELA ANVISA.</b></p>	<p><b>MABEL</b></p>

	<p><b>AS ESPECIFICAÇÕES DO PRODUTO DEVEM FAZER PARTE DA EMBALAGEM, NÃO SE ADMITINDO ADESIVOS.</b></p> <p><b>O PRODUTO DEVE TER A QUALIDADE CORRESPONDENTE AOS PRODUTOS REFERENCIADOS.</b></p> <p><b>VALIDADE MÍNIMA DE 05 MESES NA DATA DA ENTREGA</b></p>	
8	<p><b>ADOÇANTE</b></p> <p>COMPOSIÇÃO: ÁGUA, SORBITOL, EDUCORANTES: SUCRALOSE E ACESULFAME-K, CONSERVADORES: ÁCIDO BENZÓICO E BENZOATO DE SÓDIO, ACIDULANTE: ÁCIDO CÍTRICO E REGULADOR DE ACIDEZ: CITRATO DE SÓDIO.</p> <p><b>DEVE POSSUIR NO MÍNIMO O PADRÃO DE QUALIDADE DA MARCA REFERENCIADA</b></p> <p><b>INFORMAÇÃO NUTRICIONAL DEVE OBRIGATORIAMENTE SER IMPRESSA NA EMBALAGEM</b></p> <p><b>PRODUTO SUJEITO A VERIFICAÇÃO NO ATO DA ENTREGA AOS PROCEDIMENTOS ADMINISTRATIVOS DETERMINADOS PELA ANVISA.</b></p> <p><b>AS ESPECIFICAÇÕES DO PRODUTO DEVEM FAZER PARTE DA EMBALAGEM, NÃO SE ADMITINDO ADESIVOS.</b></p> <p><b>O PRODUTO DEVE TER A QUALIDADE CORRESPONDENTE AOS PRODUTOS REFERENCIADOS.</b></p> <p><b>VALIDADE MÍNIMA DE 36 MESES NA DATA DA ENTREGA</b></p>	<b>ZERO-CAL</b>
9	<p><b>TORRADA INTEGRAL</b></p> <p>COMPOSIÇÃO: FARINHA DE TRIGO INTEGRAL, FARINHA DE TRIGO ENRIQUECIDA COM FERRO E ÁCIDO FÓLICO, GORDURA VEGETAL, AÇÚCAR, GLÚTEN, SAL, EXTRATO DE MALTE E AROMATIZANTE. CONTÉM GLÚTEN</p> <p><b>DEVE POSSUIR NO MÍNIMO O PADRÃO DE QUALIDADE DA MARCA REFERENCIADA</b></p> <p><b>INFORMAÇÃO NUTRICIONAL DEVE OBRIGATORIAMENTE SER IMPRESSA NA EMBALAGEM</b></p> <p><b>PRODUTO SUJEITO A VERIFICAÇÃO NO ATO DA ENTREGA AOS PROCEDIMENTOS ADMINISTRATIVOS DETERMINADOS PELA ANVISA.</b></p> <p><b>AS ESPECIFICAÇÕES DO PRODUTO DEVEM FAZER PARTE DA EMBALAGEM, NÃO SE ADMITINDO ADESIVOS.</b></p> <p><b>O PRODUTO DEVE TER A QUALIDADE CORRESPONDENTE AOS PRODUTOS REFERENCIADOS.</b></p> <p><b>VALIDADE MÍNIMA DE 06 MESES NA DATA DA ENTREGA</b></p>	<b>BAUDUCCO</b>
10	<p><b>LEITE EM PÓ</b></p> <p>COMPOSIÇÃO: <b>LEITE INTEGRAL</b>, MINERAIS: CÁLCIO (CARBONATO DE CÁLCIO) FERRO (PIROFOSFATO FÉRRICO) E ZINCO (SULFATO DE ZINCO) E VITAMINAS: VITAMINA C (ASCORBATO DE SÓDIO), VITAMINA E (ACETATO DE D,L - ALFA TECOFERILA), VITAMINA A (ACETATO DE RETINILA) E VITAMINA D (COLECALCIFEROL).</p> <p><b>DEVE POSSUIR NO MÍNIMO O PADRÃO DE QUALIDADE DA MARCA REFERENCIADA</b></p> <p><b>INFORMAÇÃO NUTRICIONAL DEVE OBRIGATORIAMENTE SER IMPRESSA NA EMBALAGEM</b></p> <p><b>PRODUTO SUJEITO A VERIFICAÇÃO NO ATO DA ENTREGA AOS PROCEDIMENTOS ADMINISTRATIVOS DETERMINADOS PELA ANVISA.</b></p> <p><b>AS ESPECIFICAÇÕES DO PRODUTO DEVEM FAZER PARTE DA EMBALAGEM, NÃO SE ADMITINDO ADESIVOS.</b></p> <p><b>O PRODUTO DEVE TER A QUALIDADE CORRESPONDENTE AOS PRODUTOS REFERENCIADOS.</b></p> <p><b>VALIDADE MÍNIMA DE 06 MESES NA DATA DA ENTREGA</b></p>	<b>NINHO</b>

11	<p style="text-align: center;"><b>LEITE FLUIDO</b></p> <p>COMPOSIÇÃO: <b>LEITE INTEGRAL</b>, VITAMINAS A, C e D, MINERAIS: FERRO E ZINCO.</p> <p><b>DEVE POSSUIR NO MÍNIMO O PADRÃO DE QUALIDADE DA MARCA REFERENCIADA</b></p> <p><b>INFORMAÇÃO NUTRICIONAL DEVE OBRIGATORIAMENTE SER IMPRESSA NA EMBALAGEM, NO MÍNIMO 3% NO TEOR DE GORDURA</b></p> <p><b>LPRODUTO SUJEITO A VERIFICAÇÃO NO ATO DA ENTREGA AOS PROCEDIMENTOS ADMINISTRATIVOS DETERMINADOS PELA ANVISA.</b></p> <p><b>AS ESPECIFICAÇÕES DO PRODUTO DEVEM FAZER PARTE DA EMBALAGEM, NÃO SE ADMITINDO ADESIVOS.</b></p> <p><b>O PRODUTO DEVE TER A QUALIDADE CORRESPONDENTE AOS PRODUTOS REFERENCIADOS.</b></p> <p><b>VALIDADE MÍNIMA DE 05 MESES NA DATA DA ENTREGA</b></p>	<p><b>ITAMBÉ</b></p> <p><b>PARMALAT</b></p>
12	<p style="text-align: center;"><b>MANTEIGA</b></p> <p>CREME DE LEITE PASTEURIZADO, <u><b>COM SAL</b></u>, E CORANTE NATURAL DE URUCUM</p> <p><b>DEVE POSSUIR NO MÍNIMO O PADRÃO DE QUALIDADE DAS MARCAS REFERENCIADAS</b></p> <p>TRANSPORTADA E CONSERVADA A UMA TEMPERATURA NÃO SUPERIOR A 16°C, EMBALAGEM PRIMARIA POTE PLÁSTICO ATÓXICO E LACRADO, EMBALAGEM SECUNDARIA CAIXA DE PAPELÃO REFORÇADA. CONDIÇÕES DEVEM AO ESTAR DE ACORDO COM A RDC 331/19, IN 60/19 (ANVISA), RDC 259/02, RDC 360/03 , IN 66/19(MAPA) E ALTERACOES POSTERIORES.</p> <p><b>PRODUTO SUJEITO A VERIFICAÇÃO NO ATO DA ENTREGA AOS PROCEDIMENTOS ADMINISTRATIVOS DETERMINADOS PELA ANVISA E MAPA.</b></p> <p><b>AS ESPECIFICAÇÕES DO PRODUTO DEVEM FAZER PARTE DA EMBALAGEM ORIGINAL, NÃO SE ADMITINDO ADESIVOS.</b></p> <p><b>O PRODUTO DEVE TER A QUALIDADE CORRESPONDENTE AOS PRODUTOS REFERENCIADOS.</b></p> <p><b>VALIDADE MINIMA DE 10 MESES NA DATA DA ENTREGA</b></p>	<p><b>ITALAC</b></p> <p><b>TEIXEIRA</b></p>
13	<p style="text-align: center;"><b>REQUEIJÃO CREMOSO</b></p> <p>COMPOSIÇÃO: CREME DE LEITE, MASSA COALHADA (LEITE PASTEURIZADO, FERMENTO LÁCTEO, cloreto de cálcio e coagulante), manteiga, cloreto de sódio (sal), estabilizantes (difosfato tetrassódico e polifosfato de sódio), regulador de acidez (ácido cítrico) e conservadores (sorbato de potássio e nisina)</p> <p><b>DEVE POSSUIR NO MÍNIMO O PADRÃO DE QUALIDADE DA MARCA REFERENCIADA</b></p> <p><b>INFORMAÇÃO NUTRICIONAL DEVE OBRIGATORIAMENTE SER IMPRESSA NA EMBALAGEM</b></p> <p>LEGISLACAO: E SUAS CONDICÕES DEVERAO ESTAR DE ACORDO COM A RDC 12/01, RDC 259/02, RDC 360 /03, RDC 344/02, RDC 263/05 E ALTERACOES POSTERIORES.</p> <p><b>PRODUTO SUJEITO A VERIFICAÇÃO NO ATO DA ENTREGA AOS PROCEDIMENTOS ADMINISTRATIVOS DETERMINADOS PELA ANVISA.</b></p> <p><b>AS ESPECIFICAÇÕES DO PRODUTO DEVEM FAZER PARTE DA EMBALAGEM, NÃO SE ADMITINDO ADESIVOS.</b></p> <p><b>O PRODUTO DEVE TER A QUALIDADE CORRESPONDENTE AOS PRODUTOS REFERENCIADOS.</b></p> <p><b>VALIDADE MÍNIMA DE 05 MESES NA DATA DA ENTREGA</b></p>	<p><b>TIROLEZ</b></p>
	<p style="text-align: center;"><b>ACHOCOLATADO EM FLOCOS</b></p> <p>COMPOSIÇÃO: AÇÚCAR, EXTRATO DE MALTE, GLUCOSE, CACAU EM PÓ, SORO DE LEITE EM PÓ, LEITE EM PÓ INTEGRAL, OVO EM PÓ, SAL, VITAMINAS (NIACINA, E, ACIDO PANTOTÊNICO, B6, B1, B2, ÁCIDO</p>	

14	<p>FÓLICO, D, B12), MINERAIS ( CÁLCIO, FERRO, ZINCO, MAGNÉSIO, MANGANES, IODO), CANELA EM PÓ, ANTIUMECTANTE CARBONATO DE SÓDIO, EMULSIFICANTE, LECITINA DE SOJA E AROMATIZANTE.</p> <p><b>CONTÉM GLUTEN</b></p> <p><b>DEVE POSSUIR NO MÍNIMO O PADRÃO DE QUALIDADE DA MARCA REFERENCIADA</b></p> <p><b>INFORMAÇÃO NUTRICIONAL DEVE OBRIGATORIAMENTE SER IMPRESSA NA EMBALAGEM</b></p> <p>LEGISLACAO: E SUAS CONDICÕES DEVERAO ESTAR DE ACORDO COM A RDC 12/01, RDC 259/02, RDC 360 /03, RDC 344/02, RDC 263/05 E ALTERACOES POSTERIORES.</p> <p><b>PRODUTO SUJEITO A VERIFICAÇÃO NO ATO DA ENTREGA AOS PROCEDIMENTOS ADMINISTRATIVOS DETERMINADOS PELA ANVISA.</b></p> <p><b>AS ESPECIFICAÇÕES DO PRODUTO DEVEM FAZER PARTE DA EMBALAGEM, NÃO SE ADMITINDO ADESIVOS.</b></p> <p><b>O PRODUTO DEVE TER A QUALIDADE CORRESPONDENTE AOS PRODUTOS REFERENCIADOS.</b></p> <p><b>VALIDADE MÍNIMA DE 06 MESES NA DATA DA ENTREGA</b></p>	OVOMALTINE
15	<p><b>ÓLEO DE SOJA</b></p> <p>COMPOSIÇÃO: ÓLEO DE SOJA, ANTIOXIDANTES TBHQ, ÁCIDO CÍTRICO</p> <p><b>DEVE POSSUIR NO MÍNIMO O PADRÃO DE QUALIDADE DA MARCA REFERENCIADA</b></p> <p><b>INFORMAÇÃO NUTRICIONAL DEVE OBRIGATORIAMENTE SER IMPRESSA NA EMBALAGEM</b></p> <p><b>PRODUTO SUJEITO A VERIFICAÇÃO NO ATO DA ENTREGA AOS PROCEDIMENTOS ADMINISTRATIVOS DETERMINADOS PELA ANVISA.</b></p> <p><b>AS ESPECIFICAÇÕES DO PRODUTO DEVEM FAZER PARTE DA EMBALAGEM, NÃO SE ADMITINDO ADESIVOS.</b></p> <p><b>O PRODUTO DEVE TER A QUALIDADE CORRESPONDENTE AOS PRODUTOS REFERENCIADOS.</b></p> <p><b>VALIDADE MÍNIMA DE 06 MESES NA DATA DA ENTREGA</b></p>	SOYA LIZA
16	<p><b>AZEITE DE OLIVA</b></p> <p>COMPOSIÇÃO: AZEITE DE OLIVA REFINADO E AZEITE DE OLIVA VIRGEM</p> <p><b>DEVE POSSUIR NO MÍNIMO O PADRÃO DE QUALIDADE DA MARCA REFERENCIADA</b></p> <p><b>INFORMAÇÃO NUTRICIONAL DEVE OBRIGATORIAMENTE SER IMPRESSA NA EMBALAGEM</b></p> <p><b>PRODUTO SUJEITO A VERIFICAÇÃO NO ATO DA ENTREGA AOS PROCEDIMENTOS ADMINISTRATIVOS DETERMINADOS PELA ANVISA.</b></p> <p><b>AS ESPECIFICAÇÕES DO PRODUTO DEVEM FAZER PARTE DA EMBALAGEM, NÃO SE ADMITINDO ADESIVOS.</b></p> <p><b>O PRODUTO DEVE TER A QUALIDADE CORRESPONDENTE AOS PRODUTOS REFERENCIADOS.</b></p> <p><b>VALIDADE MÍNIMA DE 05 MESES NA DATA DA ENTREGA</b></p>	GALLO ANDORINHA
17	<p><b>VINAGRE</b></p> <p>COMPOSIÇÃO: FERMENTADO ACÉTICO DE MAÇA, ÁGUA E CONSERVANTE INS224, ACIDEZ 4,0%</p> <p><b>DEVE POSSUIR NO MÍNIMO O PADRÃO DE QUALIDADE DA MARCA REFERENCIADA</b></p> <p><b>INFORMAÇÃO NUTRICIONAL DEVE OBRIGATORIAMENTE SER IMPRESSA NA EMBALAGEM</b></p> <p>LEGISLACAO: E SUAS CONDICÕES DEVERAO ESTAR DE ACORDO COM A RDC 12/01, RDC 259/02, RDC 360 /03, RDC 344/02, RDC 263/05 E ALTERACOES POSTERIORES.</p>	CASTELO

	<p><b>PRODUTO SUJEITO A VERIFICAÇÃO NO ATO DA ENTREGA AOS PROCEDIMENTOS ADMINISTRATIVOS DETERMINADOS PELA ANVISA.</b></p> <p><b>AS ESPECIFICAÇÕES DO PRODUTO DEVEM FAZER PARTE DA EMBALAGEM, NÃO SE ADMITINDO ADESIVOS.</b></p> <p><b>O PRODUTO DEVE TER A QUALIDADE CORRESPONDENTE AOS PRODUTOS REFERENCIADOS.</b></p> <p><b>VALIDADE MÍNIMA DE 05 MESES NA DATA DA ENTREGA</b></p>	
18	<p><b>PAÇOCA RETANGULAR</b></p> <p>COMPOSIÇÃO: AMENDOIM TORRADO E MOÍDO, AÇÚCAR E SAL</p> <p><b>DEVE POSSUIR NO MÍNIMO O PADRÃO DE QUALIDADE DA MARCA REFERENCIADA</b></p> <p><b>INFORMAÇÃO NUTRICIONAL DEVE OBRIGATORIAMENTE SER IMPRESSA NA EMBALAGEM</b></p> <p><b>PRODUTO SUJEITO A VERIFICAÇÃO NO ATO DA ENTREGA AOS PROCEDIMENTOS ADMINISTRATIVOS DETERMINADOS PELA ANVISA.</b></p> <p><b>AS ESPECIFICAÇÕES DO PRODUTO DEVEM FAZER PARTE DA EMBALAGEM, NÃO SE ADMITINDO ADESIVOS.</b></p> <p><b>O PRODUTO DEVE TER A QUALIDADE CORRESPONDENTE AOS PRODUTOS REFERENCIADOS.</b></p> <p><b>VALIDADE MÍNIMA DE 06 MESES NA DATA DA ENTREGA</b></p>	SANTA HELENA
19	<p><b>CHÁ MATE</b></p> <p>COMPOSIÇÃO: FOLHAS E TALOS DE ERVA-MATE TOSTADA (ILEX PARAGUARIENSIS ST. HIL.), SEMENTE DE GUARANÁ (PAULLINIA CUPANA L.) E AROMATIZANTE</p> <p><b>DEVE POSSUIR NO MÍNIMO O PADRÃO DE QUALIDADE DA MARCA REFERENCIADA</b></p> <p><b>INFORMAÇÃO NUTRICIONAL DEVE OBRIGATORIAMENTE SER IMPRESSA NA EMBALAGEM</b></p> <p><b>PRODUTO SUJEITO A VERIFICAÇÃO NO ATO DA ENTREGA AOS PROCEDIMENTOS ADMINISTRATIVOS DETERMINADOS PELA ANVISA.</b></p> <p><b>AS ESPECIFICAÇÕES DO PRODUTO DEVEM FAZER PARTE DA EMBALAGEM, NÃO SE ADMITINDO ADESIVOS.</b></p> <p><b>O PRODUTO DEVE TER A QUALIDADE CORRESPONDENTE AOS PRODUTOS REFERENCIADOS.</b></p> <p><b>VALIDADE MÍNIMA DE 06 MESES NA DATA DA ENTREGA</b></p>	MATTE LEÃO

8. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 33.257,58

O valor estimado da contratação foi obtido por meio de pesquisa a 03 (três) sítios eletrônicos especializados, conforme pesquisa de preços anexadas, a partir das quais utilizou-se a mediana visando a obtenção de estimativa capaz de contribuir para a concorrência e manutenção da qualidade exigida no documento descritivo do objeto, que segue acostado, conforme permite o disciplinado no Decreto nº 67.888/2023.

O valor da contratação, portanto, resultou naquele informado no campo específico deste ETP.

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

Não há parcelamento da contratação.

## 10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

Inexistem contratações correlatas e/ou interdependentes a serem informadas.

## 11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

A aquisição do objeto será realizada por meio de verba oriunda de Fundo Especial de Despesa (Programa FEPOM COPA) e está alinhada com o planejamento correlato, o qual visou alcançar o equilíbrio na distribuição da verba disponível entre os itens a serem adquiridos, bem como permitir a duração dos insumos pelo período de 06 (seis) meses.

## 12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

Os resultados pretendidos, em termos de economicidade e de melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis são os seguintes:

- Com esta contratação, pretende-se assegurar o fornecimento de alimentação intermediária às refeições aos policiais militares contribuintes do Programa FEPOM COPA, nos termos das I-34-PM.
- Economia no valor da contratação em função do ganho de escala;
- Foram inseridos na descrição o objeto exigências afetas à manutenção da saúde do policial militar, exigindo-se, em alguns itens, quantidade máxima de sódio e mínima de vitaminas, entre outras especificações correlatas à manutenção da saúde dos policiais militares.
- O fornecimento de alimentação intermediária às refeições contribuirá, ademais, para a manutenção da higidez do policial militar durante o serviço, o que reflete na melhoria da qualidade da prestação dos serviços para sociedade, o que revela o interesse público.

## 13. Providências a serem Adotadas

Inexistem providência a serem adotadas.

## 14. Possíveis Impactos Ambientais

Os impactos ambientais são aqueles correlatos ao processo de produção dos objetos adquiridos, às diligências afetas ao transporte entre produtor, fornecedor e entrega ao consumidor final, bem como ao correto descarte das embalagens.

Neste último caso, compete a esta Unidade adquirente o correto descarte das embalagens, o que será providenciado oportunamente após a entrega e consumo dos gêneros alimentícios.

No que tange às fase anteriores, citadas acima, os órgão e empresas participantes da cadeia de produção e transportem devem observar fielmente a legislação ambiental correspondente.

## 15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

### 15.1. Justificativa da Viabilidade

Equipe está de acordo



## 16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

**BRUNO SOARES RODRIGUES**

Auxiliar de Logística



*Assinou eletronicamente em 24/03/2026 às 13:40:12.*



Governo do Estado de São Paulo

NOTA DE EMPENHO - SIAFISICO - 2024NE

UG							
Gestão	00001 - GOVERNO DO ESTADO DE SAO PAULO						
Data de Emissão							
CNPJ/CPF/UG							
Credor							
Endereço							
Cidade					UF	SP	CEP
Origem Material							
Evento	UO	Programa de Trabalho	Fonte	Natureza Despesa	UGR	PI	PTRES
No Processo			Acordo				
Tipo de Empenho			Ref Dispensa				
Licitação			Modalidade				
Empenho Orig.			Nº Contrato		Nº OC		
Valor do Empenho R\$							
Cronograma							
			Mês	Valor			
Sequência	001	Item		Unid. Forn.			
Quantidade		Valor Unitário		Preço Total			
Descrição							



# DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

Publicado na Edição de 2 de março de 2026 | Caderno Executivo | Seção Atos Normativos

## RESOLUÇÃO SSP-05/2026

Regulamenta a aplicação das sanções previstas na Lei Federal nº 14.133/2021, no âmbito da Secretaria da Segurança Pública.

O **SECRETÁRIO DA SEGURANÇA PÚBLICA**, no exercício de suas atribuições legais e regulamentares, e, considerando as significativas alterações introduzidas pela Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021 (LLCA), às licitações e contratações públicas, bem como a necessidade de disciplinar a aplicação de sanções, nos termos dos artigos 155 a 163 desse diploma legal,

### RESOLVE:

#### CAPÍTULO I - DAS DISPOSIÇÕES INICIAIS

**Artigo 1º** - A aplicação de sanções aos licitantes e contratados, em decorrência de infrações cometidas em procedimentos licitatórios, em contratações administrativas e em outros ajustes regidos pela LLCA obedecerá ao disposto nesta Resolução.

**Artigo 2º** - São consideradas infrações para os fins desta Resolução:

- I - dar causa à inexecução parcial do contrato;
- II - dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- III - dar causa à inexecução total do contrato;
- IV - deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- V - não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- VI - não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- VII - ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- VIII - apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- IX - fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- X - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- XI - praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

XII - praticar ato lesivo previsto no artigo 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

**Artigo 3º** - As sanções administrativas aplicáveis são:

I - advertência;

II - multa;

III - impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública Direta e Indireta do Estado de São Paulo, pelo prazo máximo de 3 (três) anos;

IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) e máximo de 6 (seis) anos.

**Artigo 4º** - Além das sanções previstas no artigo 3º desta Resolução, incidirá em multa de mora o contratado que der causa ao atraso injustificado na execução do contrato, na forma prevista em edital ou em contrato.

**Parágrafo único.** A aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções previstas nesta Resolução.

**Artigo 5º** - Na aplicação das sanções a que se refere o artigo 2º desta Resolução, serão considerados:

I - a natureza e a gravidade da infração cometida;

II - as peculiaridades do caso concreto;

III - as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

IV - os danos à Administração que advierem da infração cometida;

V - a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

**§1º** - São consideradas circunstâncias agravantes:

1 - a existência de registro do licitante ou contratado no E-Sanções ou na Relação de Apenados do TCESP, em vigência no momento do cometimento da infração, em decorrência de penalidade aplicada no âmbito da Secretaria da Segurança Pública, nos 12 (doze) meses anteriores ao fato ensejador da sanção;

2 - a desclassificação ou inabilitação por descumprimento das exigências do edital, quando for notória a impossibilidade de atendimento ao estabelecido;

3 - a inércia deliberada do licitante ou do contratado em face das diligências destinadas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo licitatório ou o inadimplemento de obrigações contratuais;

4 - a falsidade de declaração, apresentada pelo licitante, de que é beneficiário de tratamento diferenciado concedido em legislação específica;

5 - a reincidência na infração;

6 - a imprescindibilidade do bem ou serviço contratado para o funcionamento de serviços públicos ou satisfação de necessidade coletiva.

**§ 2º** - São consideradas circunstâncias atenuantes:

1 - a falha escusável do licitante ou contratado;

2- a apresentação de documentação que contenha vícios ou omissões para os quais não tenha contribuído o licitante ou o contratado e que não sejam de fácil identificação por estes últimos;

3- a juntada de documentação que, embora não tenha atendido às exigências do edital, foi encaminhada de forma equivocada, sem indício de má-fé;

4 - a adoção de medidas destinadas a mitigar os efeitos danosos da conduta infracional.

**Artigo 6º** - Considera-se reincidência a repetição de conduta prevista no artigo 2º desta Resolução, sancionada por decisão administrativa irrecorrível.

**Parágrafo único** - Para efeito de reincidência, não prevalece a sanção anterior, se entre a data da decisão administrativa definitiva e aquela da prática posterior houver decorrido período superior a 5 (cinco) anos.

## **CAPÍTULO II - DAS SANÇÕES**

### **Seção I – Da Advertência**

**Artigo 7º** - A advertência será aplicada exclusivamente ao contratado que der causa à inexecução parcial do contrato, da qual não advenha grave dano à Administração, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

**Parágrafo único** - Será considerada inexecução parcial sem grave prejuízo à Administração aquela relacionada ao descumprimento de cláusulas contratuais, que não comprometa o cumprimento da execução contratual, bem como não cause dano ao interesse público.

### **Seção II – Da Multa prevista no inciso II do artigo 3º desta Resolução**

**Artigo 8º** - A multa prevista no inciso II do artigo 3º desta Resolução não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato licitado ou celebrado e poderá ser aplicada a todas as infrações tratadas por esta Resolução.

**Artigo 9º** - Em caso de inexecução parcial do ajuste será aplicada a multa prevista no inciso II do artigo 3º desta Resolução, na seguinte conformidade:

I - aquisição de bens, contratação de prestação de serviços não contínuos e obras e serviços de engenharia: de 10% (dez por cento) a 20% (vinte por cento) do valor total do contrato;

II - serviços e fornecimentos contínuos: de 10% (dez por cento) a 20% (vinte por cento) do valor anual do contrato;

**Artigo 10** – Em caso de inexecução total do ajuste será aplicada a multa prevista no inciso II do artigo 3º desta Resolução, na seguinte conformidade:

I - aquisição de bens, contratação de prestação de serviços não contínuos e obras e serviços de engenharia: de 20% (vinte por cento) a 30% (trinta por cento) do valor total do contrato;

II - serviços e fornecimentos contínuos: de 20% (vinte por cento) a 30% (trinta por cento) do valor anual do contrato.

**Artigo 11** – A multa prevista no inciso II do artigo 3º desta Resolução será aplicada nos termos e percentuais abaixo indicados:

**I** - deixar de entregar a documentação exigida para o certame: de 5% (cinco por cento) a 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato;

**II** - não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado: de 10% (dez por cento) a 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato;

**III** - não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta: de 20% (vinte por cento) a 30% (trinta por cento) sobre o valor total do contrato;

**IV** - apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato: de 20% (vinte por cento) a 30% (trinta por cento) sobre o valor total do contrato;

**V** - fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato: de 20% (vinte por cento) a 30% (trinta por cento) sobre o valor total do contrato;

**VI** - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza: de 20% (vinte por cento) a 30% (trinta por cento) sobre o valor total do contrato;

**VII** - praticar atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação: de 20% (vinte por cento) a 30% (trinta por cento) sobre o valor total do contrato;

**VIII** - praticar ato lesivo previsto no artigo 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013: de 20% (vinte por cento) a 30% (trinta por cento) sobre o valor total do contrato.

**Artigo 12** - Nas hipóteses de inexecução parcial ou total do contrato, a autoridade competente deverá deliberar, formalmente, quanto à vantajosidade da manutenção do contrato vigente ou inaugurar, imediatamente, os procedimentos para a extinção do contrato.

### **Seção III – Da multa de mora prevista no artigo 4º desta Resolução**

**Artigo 13** - Em caso de atraso injustificado na execução do contrato será aplicada a multa de mora prevista no artigo 4º desta Resolução:

**I** - sobre o valor da parcela inadimplida;

**II** - a partir do primeiro dia útil seguinte ao término do prazo estipulado para cumprimento da obrigação.

**§1º**- A multa de mora prevista no *caput* deste artigo será:

**1** - no caso de aquisição de bens ou de prestação de serviços não contínuos:

a) 0,5% (meio por cento) ao dia, para atraso de até 60 (sessenta) dias;

b) após 60 (sessenta) dias, ficará caracterizada a inexecução parcial ou total do contrato, sem prejuízo de eventual extinção unilateral em prazo inferior, conforme o caso.

**2** - no caso de serviços e fornecimentos contínuos:

a) 0,5% (meio por cento) ao dia, para atraso de até 60 (sessenta) dias;

b) após 60 (sessenta) dias, ficará caracterizada a inexecução parcial ou total do contrato, conforme o caso, sem prejuízo de eventual extinção unilateral em prazo inferior, dadas as características do serviço prestado ou bem adquirido.

**3 - no caso de obras e serviços de engenharia:**

- a) 0,7% (sete décimos por cento) ao dia, para atraso de até 30 (trinta) dias;
- b) 1% (um por cento) ao dia, para atraso de até 30 (trinta) dias, no caso de reincidência;
- c) após 30 (trinta) dias, ficará caracterizada a inexecução parcial ou total do contrato, conforme o caso, sem prejuízo de eventual extinção unilateral em prazo inferior, dadas as características do serviço prestado.

**§ 2º** – Os prazos referidos nos itens 1 a 3 do §1º deste artigo serão contados em dias corridos.

**§ 3º** – A multa de mora poderá:

- 1 - ser convertida na multa sancionatória prevista no inciso II do artigo 3º desta Resolução;
- 2 - ser aplicada em conjunto com as demais sanções previstas nesta Resolução;
- 3 - ensejar a extinção unilateral do contrato.

#### **Seção IV – Do Impedimento de Licitar e Contratar**

**Artigo 14** - A sanção de impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública Direta e Indireta do Estado de São Paulo, será aplicada ao contratado ou licitante pelas infrações nos termos abaixo, quando não se justificar a imposição de declaração de inidoneidade, pelos seguintes prazos, respeitado o prazo máximo de 3 (três) anos:

**I** - de 3 (três) meses a 9 (nove) meses pela conduta de deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

**II** - de 6 (seis) meses a 18 (dezoito) meses pela conduta de:

- a) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- b) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- c) retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

**III** - de 12 (doze) meses a 3 (três) anos, pela conduta de dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

**IV** - de 2 (dois) anos a 3 (três) anos, pela conduta de dar causa à inexecução total do contrato.

#### **Seção V – Da Declaração de Inidoneidade para Licitar ou Contratar**

**Artigo 15** – A declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos será aplicada ao contratado ou licitante pelas infrações nos termos abaixo, pelos seguintes prazos, devendo ser observado o prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos:

**I** - de 3 (três) anos a 5 (cinco) anos, pela conduta de praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

**II - de 4 (quatro) anos a 6 (seis) anos pela conduta de:**

- a) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- b) fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- c) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- d) praticar ato lesivo previsto no artigo 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

**Parágrafo único** - A sanção prevista no *caput* será aplicada quando justificada a imposição de penalidade mais grave pela prática das seguintes condutas, pelos seguintes prazos:

**I - de 3 (três) anos a 5 (cinco) anos pela conduta de:**

- a) dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- b) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- c) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- d) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- e) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado.

**II - de 4 (quatro) anos a 6 (seis) anos, pela conduta de dar causa à inexecução total do contrato;**

### **CAPÍTULO III - DAS COMPETÊNCIAS**

**Artigo 16** - O Dirigente da Unidade Gestora Executora (UGE) será competente para:

**I - instaurar os processos sancionatórios e de responsabilização;**

**II - aplicar as sanções de advertência e multa nos casos de inexecução parcial do contrato que não resulte em grave dano à Administração, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;**

**III - aplicar as sanções decorrentes de infrações no procedimento licitatório para constituição de Sistema de Registro de Preços, do descumprimento do pactuado na ata de registro de preço, em relação à sua demanda registrada, ou do descumprimento das obrigações contratuais, em relação às suas próprias contratações;**

**IV - aplicar as penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado na ata de registro de preço, na condição de órgão participante, em relação à sua demanda registrada, ou do descumprimento das obrigações contratuais, em relação às suas próprias contratações.**

**Parágrafo único** - Os atos previstos neste artigo serão formalizados mediante despacho motivado, com a devida indicação dos fundamentos fáticos e jurídicos.

**Artigo 17** - O Dirigente da Unidade Orçamentária (UO) será competente para aplicar:

**I - sanção de multa pelas seguintes condutas:**



- a) dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- b) dar causa à inexecução total do contrato;
- c) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- d) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- e) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- f) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- g) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- h) fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- i) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- j) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- k) praticar ato lesivo previsto no artigo 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

**II - a sanção de impedimento de licitar e contratar pelas seguintes condutas:**

- a) dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- b) dar causa à inexecução total do contrato;
- c) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- d) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- e) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- f) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado.

**Artigo 18** - Compete exclusivamente ao Secretário de Segurança Pública a aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, prevista no artigo 15 desta resolução, que será precedida de análise pelo órgão jurídico da Pasta.

## **CAPÍTULO IV - DA APURAÇÃO DE INFRAÇÕES E APLICAÇÃO DE SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

### **Seção I - Das espécies de processo para aplicação das sanções**

**Artigo 19** - A aplicação das sanções objeto desta Resolução obedecerá ao seguinte:

**I** - para as sanções previstas nos incisos I a II do artigo 3º, desta Resolução e para a multa de mora será instaurado processo sancionatório;

**II** - para as sanções previstas nos incisos III e IV, do artigo 3º, desta Resolução, será instaurado processo de responsabilização, a ser conduzido por comissão composta de 2 (dois) ou

mais servidores estáveis.

**§1º** - O processo sancionatório e o processo de responsabilização terão início com o registro da infração.

**§2º** - O processo sancionatório e o processo de responsabilização deverão ser instaurados junto ao SEI/SP - Sistema Eletrônico de Informações do Estado de São Paulo - nos termos do Decreto nº 67.641, de 10 de abril de 2023, e ser relacionados, apensados ou anexados ao processo principal, de forma que a consulta a ambos possa ser simultânea.

**§3º** - O processo sancionatório e o processo de responsabilização deverão ser instruídos com as peças extraídas do processo principal identificadas individualmente, evitando a reunião de vários documentos em um único arquivo.

**§4º** - Com o início do processo sancionatório ou do processo de responsabilização, deverão ser notificados os emitentes das garantias que houver.

## **Seção II - Do registro da infração**

**Artigo 20** - Constatada a prática das infrações previstas nesta Resolução, no transcorrer do procedimento licitatório ou durante a execução do contrato, o fato deverá ser relatado formalmente ao Dirigente da UGE para que exerça o controle preventivo e delibere sobre o prosseguimento.

**§1º** - O relato formal da infração constitui um dever do agente público que tomar conhecimento do fato.

**§ 2º** - O relato formal da infração deverá conter os seguintes elementos:

- 1 - descrição da conduta irregular praticada pelo licitante ou contratado;
- 2 - motivação do ato, com enquadramento da situação fática às infrações previstas nesta Resolução;
- 3 - memorial de cálculo da multa, com base nesta Resolução;
- 4 - proposta de aplicação das sanções, nos termos desta Resolução.

**§ 3º** - O relato formal da infração será lavrado em documento digital, por meio do SEI/SP ou outro que venha a substituí-lo.

**§ 4º** - Compete:

1 - ao agente de contratação, bem como ao presidente da comissão de contratação, conforme o caso, o relato formal da infração cometida durante a licitação.

2 - ao gestor e a qualquer fiscal do contrato o relato formal da infração cometida durante a execução contratual.

**§ 5º** - Em sendo o relato formal da infração lavrado pelo fiscal do contrato, este deverá ser remetido preliminarmente ao gestor do contrato, para que exerça o controle preventivo do ato.

## **Seção III - Do processo sancionatório para aplicação de advertência**

**Artigo 21** - À vista de relato formal sobre inexecução parcial do contrato, sem grave dano à Administração, o dirigente da UGE determinará, mediante despacho fundamentado, a abertura do processo sancionatório para aplicação de advertência.

**§ 1º** - O despacho fundamentado consistirá na conferência e aprovação da aplicação da sanção.

**§2º** - Após seu despacho fundamentado o Dirigente de UGE encaminhará os autos ao gestor do contrato, para que intime o interessado para apresentar defesa no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados da data do recebimento da intimação.

**§ 3º** - Expirado o prazo para manifestação do interessado, a autoridade competente proferirá decisão fundamentada.

**Seção IV - Do processo sancionatório para aplicação da multa prevista no artigo 2º, inciso II desta Resolução e da multa de mora prevista no 3º desta Resolução**

**Artigo 22** - À vista de relato formal sobre a prática de infração sujeita à multa ou à multa de mora, o Dirigente da UGE determinará, mediante despacho fundamentado, a abertura do processo sancionatório.

**§1º** - O despacho fundamentado consistirá na conferência e aprovação da aplicação da multa proposta no relato formal.

**§2º** - Após seu despacho fundamentado o Dirigente de UGE encaminhará os autos ao gestor do contrato, para que intime o interessado para apresentar defesa no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados da data do recebimento da intimação.

**§3º** - Expirado o prazo para manifestação do interessado, a autoridade competente proferirá decisão fundamentada.

**§4º** - Mantida a aplicação da penalidade, o interessado deverá ser intimado para ciência e, se for o caso, para pagamento da multa, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação para o recolhimento, devendo comprová-lo nos autos do processo sancionatório.

**Seção V - Do processo de responsabilização para aplicação das penalidades de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.**

**Artigo 23** - À vista de relato formal sobre a prática de infração sujeita às penalidades de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, o Dirigente da UGE determinará, mediante despacho fundamentado, a abertura do processo de responsabilização, nos termos do artigo 19, inciso II desta Resolução.

**§1º** - O despacho fundamentado consistirá:

- 1 - Na conferência da penalidade proposta no relato formal;
- 2 - Na constituição de comissão composta de 2 (dois) ou mais servidores estáveis, de acordo com o artigo 19, inciso II desta Resolução.

**§2º** - A comissão referida no inciso II do §1º deste artigo:

- 1 - avaliará fatos e circunstâncias conhecidos;
- 2 - intimará o interessado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis contados da intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

3 - notificará os emitentes das garantias exigidas no contrato sobre o início do processo de responsabilização para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais, nos termos do artigo 137, § 4º, da LLCA.

**Artigo 24** - Se estiverem presentes indícios que recomendem, desde logo, a rescisão unilateral do contrato, deverá o interessado ser intimado de ambas as consequências da infração constatada.

**Artigo 25** - Na hipótese de deferimento de pedido de produção de novas provas ou de juntada de provas julgadas indispensáveis pela comissão, o interessado poderá apresentar alegações finais, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados da data da intimação.

**Artigo 26** - Serão indeferidas pela comissão, mediante decisão fundamentada, provas ilícitas, impertinentes, desnecessárias, protelatórias ou intempestivas.

**Artigo 27** - Finalizada a produção de provas ou expirado o prazo para alegações finais, a comissão elaborará relatório pormenorizado dos fatos no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis.

**Artigo 28** - Os processos de responsabilização deverão ser remetidos, após o término da fase de instrução, à autoridade competente para fins de avaliação da regularidade do seu processamento.

**Parágrafo único** - Constatada a regularidade, a autoridade competente proferirá decisão, salvo nos casos de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, hipótese em que os autos serão remetidos ao órgão de assessoramento jurídico preliminarmente à decisão do Titular da Pasta.

## **Seção VI - Dos recursos**

**Artigo 29** - Da decisão que aplicar as sanções de advertência, multa, multa de mora e impedimento de licitar e contratar, caberá recurso, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da intimação.

**Parágrafo único** - O recurso deverá ser dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis contados do recebimento dos autos.

**Artigo 30** - Da decisão que aplicar a sanção de inidoneidade para licitar e contratar, caberá apenas pedido de reconsideração, que deverá ser apresentado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contados do seu recebimento pela autoridade competente.

**Artigo 31** - O recurso e o pedido de reconsideração suspenderão o ato ou a decisão recorrida, até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

**Artigo 32** - Na elaboração de suas decisões, a autoridade competente será auxiliada pelo órgão de assessoramento jurídico, que deverá dirimir dúvidas e subsidiá-la com as informações necessárias.

## **Seção VII - Das intimações**

**Artigo 33** - A intimação dos atos previstos nesta Resolução será feita ao preposto ou ao representante legal do interessado, conforme o caso, mediante mensagem eletrônica formal por meio do SEI/SP ao endereço de e-mail registrado no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF).

**Parágrafo único** - Resultando infrutífera a intimação a que refere o *caput* deste artigo, será esta efetuada por meio de publicação no Diário Oficial do Estado de São Paulo.

## **CAPÍTULO V - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

**Artigo 34** - A imposição das sanções previstas nesta Resolução não impede a propositura de ação judicial visando à reparação integral do dano causado.

**Artigo 35** - Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

**Artigo 36** - Aplica-se na contagem dos prazos previstos nesta Resolução o disposto no artigo 183 da LLCA.

**Artigo 37** - A prescrição ocorrerá em 5 (cinco) anos, contados da ciência da infração pela Administração, e será:

I - interrompida pela instauração do processo de responsabilização a que se refere o *caput*

deste artigo;

II - suspensão pela celebração de acordo de leniência previsto na Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013;

III - suspensão por decisão judicial que inviabilize a conclusão da apuração administrativa.

**Artigo 38** - Os atos previstos como infrações administrativas na LLCA ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei Federal nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e a autoridade competente definidos na referida lei.

**Artigo 39** - A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos na LLCA ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

**Artigo 40** - Esta Resolução deverá integrar, obrigatoriamente, como anexo, os instrumentos convocatórios de licitação, os contratos e os instrumentos equivalentes, inclusive nas hipóteses de dispensa ou inexigibilidade de licitação.

**Artigo 41** - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos em relação aos certames e contratos regidos pela Lei Federal nº 14.133/2021.

**OSVALDO NICO GONÇALVES**  
Secretário da Segurança Pública

## MODELO DE PROPOSTA/PLANILHA DE PREÇOS

(em papel timbrado da licitante)

### PREGÃO ELETRÔNICO N.º 90009/2026

(Processo Administrativo n.º 057.00146126/2026-01 - SIAFEM nº20260415094)

**READEQUAR MODELO DE PROPOSTA DE ACORDO COM ITEM VENCEDOR DA EMPRESA.**

- **OBSERVAR DESCRIÇÃO DO ITEM CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA.**

GRUPO / ITEM	SIAFISICO	COMPRAS	DESCRIÇÃO	U.F.	QTDE	Valor Unit	Valor total
1						R\$	R\$

- Validade da proposta: 60 (sessenta) dias

#### DADOS DO FORNECEDOR

Razão social: .....

CNPJ: .....

Endereço: .....

E-mail: .....

Telefone: .....

Dados Bancários para pagamento:

Banco: 001-Banco do Brasil S/A Agência nº: \_\_\_\_\_. Conta nº: \_\_\_\_\_.

(Local e data)

(Nome /assinatura)

**ANEXO V**

**MODELO(S) DE DECLARAÇÃO(ÕES)**

**ANEXO V.1**

**MODELO DE DECLARAÇÃO EXIGIDA PARA HABILITAÇÃO**

(em papel timbrado do licitante)

Eu, \_\_\_\_\_, portador do CPF nº \_\_\_\_\_, na condição de representante legal de \_\_\_\_\_ (nome empresarial ou denominação), interessado em participar do Pregão Eletrônico nº **90156/2025**, Processo nº **20251209268**, DECLARO, sob as penas da Lei, que o licitante:

a) cumpre as normas relativas à saúde e segurança no trabalho, nos termos do parágrafo único do artigo 117 da Constituição Estadual;

b) no caso de utilização na execução do objeto deste certame de produtos ou subprodutos florestais de origem nativa da flora brasileira referidos no artigo 1º do Decreto estadual nº 66.819, de 6 de junho de 2022, cumprirá a obrigação de proceder às respectivas aquisições de pessoa jurídica com inscrição validada no CADMADEIRA, em conformidade com o Decreto supracitado;

c) no caso de utilização na execução do objeto deste certame de produtos ou subprodutos de origem mineral referidos no § 1º do artigo 1º do Decreto estadual nº 67.409, de 28 de dezembro de 2022, cumprirá a obrigação de proceder às respectivas aquisições de pessoa jurídica com inscrição validada no CADMINÉRIO, em conformidade com o Decreto supracitado;

d) tem ciência de que o descumprimento do Decreto estadual nº 66.819, de 2022, ou do Decreto estadual nº 67.409, de 2022, poderá acarretar a extinção do contrato por ato unilateral da Administração, bem como a aplicação das sanções administrativas cabíveis, observadas as normas legais e regulamentares pertinentes, independentemente da responsabilização na esfera criminal; e

e) se compromete a cumprir o disposto na Lei estadual nº 12.684, de 26 de julho de 2007, a qual proíbe o uso, no Estado de São Paulo, de produtos, materiais ou artefatos que contenham quaisquer tipos de amianto ou asbesto ou outros minerais que, acidentalmente, tenham fibras de amianto na sua composição.

**OU**

**[segunda alternativa de redação para o modelo de declaração]**

a) cumpre as normas relativas à saúde e segurança no trabalho, nos termos do parágrafo único do artigo 117 da Constituição Estadual; e

b) atenderá, na data da contratação, ao disposto no artigo 5º-C e se compromete a não disponibilizar empregado que incorra na vedação prevista no artigo 5º-D, ambos da Lei nº 6.019, de 1974, com redação dada pela Lei nº 13.467, de 2017, quando o caso.

(Local e data).

\_\_\_\_\_  
(Nome/assinatura do representante legal)